

# EM TEMPO!

PUBLICAÇÃO DA TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA DO PT

Nº 271  
OUTUBRO  
1993  
CR\$ 150,00

MARCIO ARRUDA/FOLHA IMAGEM



INOCÊNCIO  
DE OLIVEIRA  
E HUMBERTO  
LUCENA:  
PALMAS  
PARA O NOVO  
CENTRÃO

A REVISÃO  
CONSTITUCIONAL  
TENDE A COLOCAR A

# AS ELITES CONTRA-ATACAM!

DISPUTA POLÍTICA NUM  
TERRENO ADVERSO AOS  
TRABALHADORES.

PÁGINAS 3 A 5

E S P E C I A L  
**ENCARTE SINDICAL**

PUBLICAÇÃO DE CARÁTER INTERNO AO PT, DISTRIBUÍDA ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE AOS SEUS FILIADOS

# A iniciativa da direita

A desorganização crescente que vinha atingindo a intervenção política da classe dominante neste ano parece estar sendo revertida, pelo menos de momento. Ao conseguirem unificar-se para iniciar a revisão constitucional - ainda que a concretização desta intensão esteja esbarrando em definições do STF - a burguesia conseguiu marcar um tento importante. Poderá, assim, causar grandes prejuízos à candidatura Lula na disputa de 1994. A reação conservadora foi possível porque não enfrentou nenhuma oposição consistente da esquerda, que não conseguiu criar a mobilização para barrar a revisão. Vale destacar, em particular, a ausência quase completa da bancada federal do PT. Mas a ação imprevista de um ministro do STF, primo de Collor, pode permitir que pelo menos minimizemos os danos. Fábio Pereira e Antônio Martins nas pgs. 3 a 5, analisam a nova conjuntura.

Inauguramos neste número de **Em Tempo** nosso encarte sindical, **Solidariedade**, destinado a difundir a discussão dos petistas que atuam na CUT. As pgs. 9 a 12 discutem temas como a opressão racial no movimento e o papel dos sindicatos face a disputa que marcará a sociedade brasileira no próximo período. Isaac Ackcelrud analisa, na pg. 8, a assinatura do acordo entre Israel e a OLP, Nalu Faria aborda a luta contra a fome na pg. 20, Justa Montero discute o tema da população na pg. 13 e nossas pgs. de cultura trazem um artigo sobre o tema do pós-modernismo.

Finalmente, mas não menos importante, damos continuidade ao debate sobre o programa democrático e popular, abordando os temas da segurança pública, através de um artigo de Raul Pont (pgs. 6 e 7) e da política econômica de um governo democrático e popular, através de dois artigos de José Corrêa (pgs. 14 a 17). Boa leitura!

## EM TEMPO

Uma publicação mensal da Tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores

### CONSELHO EDITORIAL:

Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Elisabete Burigo, Helena Bonuma, Hugo Manso, Isaac Ackcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Maria Auxiliadora Gomes, Marilane Teixeira, Nalu Faria, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

### JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Célia Regina de Souza Reg MTB nº 18663 DRT/SP

### EQUIPE DE EDIÇÃO:

José Corrêa, Caco Bisol, Fernanda Estima e Fabiano Ciambra  
Editoração: Página Sete Artes Gráficas

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Brigadeiro Galvão, 138. Barra Funda, São Paulo CEP 01151-000. Fone: 66-5550

Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 Loja 4 - Bonfim CEP 90210 Fone: 227-4642.

# Índice

3. Nacional: Golpe institucional

*Fábio Pereira*

4. Nacional: A revanche dos reacionários

*Antônio Martins*

6. Programa: Segurança do Estado ou dos cidadãos?

*Raul Pont*

8. Oriente Médio: Paz no horizonte

*Isaac Ackcelrud*

9. Solidariedade: Novas tarefas políticas

*Democracia Socialista*

10. Solidariedade: Um sindicalismo anti-racista

12. Solidariedade: Notas sindicais

13. População: Cifras mágicas

*Justa Montero*

14. A política econômica da revolução democrática

*José Corrêa*

17. Programa: O novo papel do Estado

*José Corrêa*

18. Cultura: O que é pós-modernismo?

*Tony Smith*

20. Cresce a luta contra a fome

*Nalu Faria*

## 3ª Conferência da Democracia Socialista

Foi realizada em São Paulo entre os dias 4 e 6 de setembro a 3ª Conferência Nacional da tendência Democracia Socialista do PT. A conferência foi aberta por um debate entre os companheiros João Machado, Renato Simões e Valter Pomar. A seguir, delegados e convidados debateram uma extensa pauta, organizada em torno da discussão de quatro documentos: **O PT e a luta pelo governo**, **Os impasses e perspectivas do PT**, **Os novos marcos de construção da tendência e as Teses sindicais**.

Os dois primeiros textos, escritos no início do ano, tinham servido de subsídio para o debate preparatório do 8º EN do partido e foram atualizados pelo debate. Foram votadas emendas desenvolvendo os temas da evolução recente da conjuntura, da campanha contra a fome (cujo conteúdo está expresso na matéria da página 20), um balanço do PT à luz do resultado do 8º EN e um texto sobre o papel do movimento sindical na disputa de 1994 e na hipótese de vitória do campo popular (ver resumo na página 9).

A discussão do tema sindical destacou, entre



outros aspectos, a situação atual da CUT e a importância da articulação sindical dos petistas. O ponto sobre a tendência debateu as iniciativas propostas para alavancar a capacidade de intervenção da DS na sequência do processo de disputa de hegemonia no PT e para consolidar o campo vitorioso no 8º EN, em particular **Uma opção de esquerda**. E definiu um processo amplo de balanço e discussão sobre a forma de estruturação da DS, que será concluído em dezembro deste ano, numa reunião da direção nacional da tendência.

A conferência elegeu uma coordenação nacional da tendência, que junto com representantes dos estados eleitos para cada reunião, compõem a nova direção. Integram a nova coordenação: Raul Pont, Helena Bonumá, Eduardo Mancuso, Rosinha, Italo Cardoso, Beti Burigo, Fábio Pereira, Alberto Bastos, Leila Cristina, Maria Auxiliadora, Juarez Guimarães, Wagner Xavier, Otaviano Carvalho, Valdísio Fernandes, Andréia Butto, Avenzoar Arruda, Hugo Manso, João Machado, Tatau Godinho, Joaquim Soriano, Nalu Faria, Maurício Durá, Marilane Teixeira, Carlos Henrique e José Corrêa.

# Golpe institucional

FÁBIO PEREIRA

Por um breve período pareceu que as divisões das classes dominantes, aliadas à pressão dos principais setores da sociedade civil, conseguiriam barrar a Revisão Constitucional. Mas a maioria conservadora do Congresso Nacional conseguiu unir forças para aprovar, atropelando o seu próprio regimento interno, o início da Revisão para o próximo dia 6 de outubro.

Agora, a não ser por um possível julgamento favorável do Supremo Tribunal Federal, a Revisão tende a se instalar, mesmo com o esforço de obstrução parlamentar que o PT e os demais partidos de esquerda desenvolvem.

A reversão de um quadro que se mostrava cada vez mais desfavorável para a direita se fez com base não apenas no esforço de unificação das bancadas parlamentares do PMDB e do PSDB, divididas até a véspera da votação, mas sobretudo baseada em chantagens.

## Lições de uma derrota

Apesar das resoluções do 8º Encontro Nacional do PT, da Plenária Nacional da CUT e de praticamente a unanimidade das principais entidades da sociedade civil, do PDT, PCdoB, PSB, da divisão das bancadas do PSDB e do PMDB, o movimento contra a revisão constitucional não conseguiu se transformar em mobilização de massas.

Os atos públicos realizados, as iniciativas de caravanas a Brasília e a pressão direta sobre os parlamentares se revelaram muito aquém do necessário para impor efetivamente uma derrota à direita e ao centro comprometidos com o projeto neoliberal.

A ação do PT no movimento contra a revisão constitucional foi, em particular, marcada por ambigüidades. Apesar da posição amplamente majoritária no partido contra a revisão constitucional, não se conseguiu construir uma unidade de ação efetiva. As direções partidárias não conseguiram convencer a militância de que esta era uma tarefa central na conjuntura. A bancada federal, em vez de concentrar-se na mobilização contra a revisão constitucional, para barrá-la, dividiu os esforços entre esta tarefa e a "preparação" para interferir na mesma. Ao mesmo tempo, setores minoritários no partido mas com grande repercussão na mídia produziram e reproduziram argumentos favoráveis à revisão, apesar de, formalmente, dizerem que "acatavam" a posição majoritária.

## O que fazer?

Uma vez iniciada a Revisão, a discussão no partido vai concentrar-se nas possíveis alternativas para nossa ação. A Executiva Nacional, reunida em 1º de outubro, caracterizou a decisão de iniciar a revisão constitucional em 6 de outubro como "golpe institucional" e "usurpação dos resultados do plebiscito que deu vitória ao presidencialismo". Mas não avançou em relação à posição do partido caso esta se torne um fato consumado.

Os cenários em que pode se desenvolver a Revisão Constitucional não são ainda totalmente claros. Mesmo o regimento que vai orientá-la encontra-se ainda em fase de discussão, embora seja previsível um regimento draconiano, que tente inviabilizar qualquer possibilidade de discussão e busque concentrar a pauta nos temas preferidos pelos conservadores. Há, além disso, a tentativa de impedir que a Revisão Constitucional se prolongue para o início de 1994, onde a mobilização decorrente do início da disputa eleitoral tende a expor e entraquecer o centro e a direita.

Para o PT, entretanto, deve ficar cada vez mais clara a impossibilidade de se conquistar, na correlação de forças estabelecida no Congresso, qualquer avanço em relação à Constituição de 1988. Frente a essa realidade, qualquer que seja o cenário em que se realize a Revisão Constitucional, o conteúdo central da ação do PT deverá ser o de deslegitimá-la, denunciando o seu caráter golpista contra a candidatura de Lula e o programa que apresentaremos em 1994.

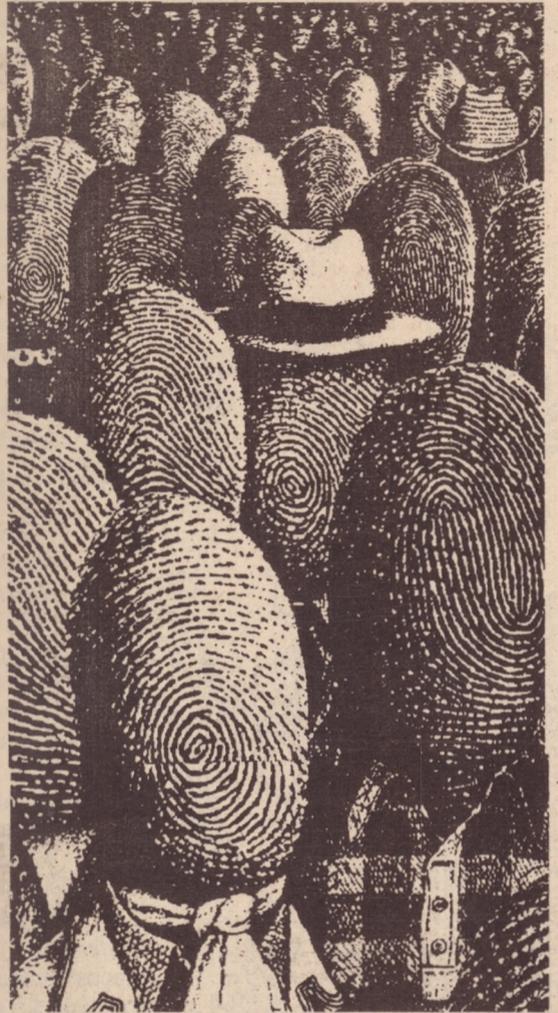
Alguns setores do partido já adiantam a posição de que não deveríamos participar da Revisão, encaminhando uma cam-

panha de denúncias e chamando o conjunto do movimento popular e sindical a boicotá-la. O inconveniente desta posição é que ela deixa a direita e o centro conservador de mãos livres para aprovar suas propostas sem a menor dificuldade ou constrangimento. Além disso, distancia-nos de uma série de movimentos sociais que ainda tem ilusões de que a revisão constitucional possa trazer alguma conquista importante para setores das classes trabalhadoras.

Outra posição possível é buscar deslegitimar as alterações que venham a ser feitas na Constituição, trabalhar a obstrução parlamentar por dentro da revisão, não deixar de fazer a denúncia do golpe que representa a "reforma" da Constituição, mas buscando dialogar com a sociedade e mostrando, concretamente, os interesses econômicos e políticos a que servem os partidos que apoiaram a revisão. Nesta hipótese será necessário inclusive apresentar propostas alternativas às que a direita quer aprovar, travando o debate programático que certamente antecederá a disputa presidencial de 1994.

A posição do partido deverá, em qualquer caso, partir do acompanhamento da evolução da crise que se aprofunda no Congresso Nacional e no próprio governo, sem adotar nenhuma posição *a priori*. Mas nosso objetivo principal deve ser o de impedir que a revisão constitucional consolide um quadro institucional que impeça ou dificulte que o futuro governo Lula venha a implementar nosso programa de reformas profundas na sociedade brasileira. □

*Fábio Pereira é secretário de organização da executiva estadual do PT de São Paulo.*



## Contra a revisão constitucional

A Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, reunida em São Paulo no dia 1º de outubro, decidiu manifestar publicamente seu veemente repúdio ao golpe institucional iniciada há dias no Congresso Nacional, com a aprovação, ao arripio de disposições regimentais, da decisão de iniciar em 6 de outubro a Revisão Constitucional.

O PT caracteriza a decisão do Congresso com uma usurpação dos resultados do plebiscito que deu vitória ao presidencialismo e como uma antecipada e injustificada tentativa de cercear a atuação do futuro Presidente da República, que as pesquisas eleitorais indicam que pode vir a ser o Lula.

A manobra do novo "Centrão" também se relaciona com as medidas anunciadas pelo ministro da Economia do Governo Itamar, após sua ida ao FMI, e com a chantagem explícita nas declarações recentes do governador da Bahia e do ministro de Assuntos Estratégicos, contendo claras ameaças de golpe caso Lula vença ou caso não saia a Revisão Constitucional.

Diante disso tudo, o PT reafirma sua condenação e sua oposição à Revisão Constitucional, e orienta a sua militância a participar ativamente dos atos contra a revisão e a Bancada Federal a prosseguir a luta pela obstrução parlamentar para tentar evitar a Revisão como fato consumado.

Nesse sentido o PT enfatiza a necessidade de ampla mobilização popular contra a Revisão, e, principalmente, de reforçar as "caravanas" do movimento sindical e popular a Brasília, no próximo dia 5.

Ainda com o objetivo de conseguir êxito nessa luta contra a Revisão, o presidente nacional do Partido, Luiz Inácio Lula da Silva, vai procurar realizar, nos próximos dias, reuniões com os presidentes dos partidos políticos que também se oponham à Revisão, e, da mesma forma, a CEN/PT procurará contato com as direções das entidades da sociedade civil, do movimento sindical e do movimento popular, para encaminhar a resistência à Revisão.

**Comissão Executiva Nacional**  
São Paulo, 1º de outubro de 1993

# A revanche dos reacionários

ANTÔNIO MARTINS

**A** decisão do Supremo Tribunal Federal, que anulou liminarmente em 5 de outubro o início da revisão constitucional, caiu como uma ducha gelada sobre os conservadores, mas não deve servir para esconder o principal. A cena política brasileira sofreu uma reviravolta grave, e ainda não inteiramente compreendida, nas últimas semanas. Uma série coordenada de movimentos das forças conservadoras amadureceu e foi capaz de formar uma maioria no Congresso Nacional, interessada em agir para dar início à reforma da Constituição.

Lançada por setores de "centro" e de direita, a ofensiva foi logo controlada pela ala mais comprometida - no Parlamento e na sociedade - com as reformas neoliberais. Apoiada por um Legislativo eleito quando o poder de Fernando Collor atingia o auge, a investida visa congelar uma correlação de forças que já não se mantém na sociedade, e que se esvai à medida em que se aproximam as eleições quase-gerais de 94. Por isso o ataque soa como *revanche*, exala odores de golpe e aparece como um *desafio à esquerda*. Ele só poderá ser respondido com a criação de *atos novos*.

## Alteração na disputa

Três iniciativas simultâneas somaram-se, num espaço de poucos dias, para que os conservadores vencessem a primeira grande batalha pela revisão. No Congresso, uma sucessão de decisões permitiu que as conveniências colossais das elites sufocassem, no que diz respeito à reforma da Carta, as vaidades e interesses dos partidos e líderes que as representam. Entre as Forças Armadas ressurgiram, sob os olhares tolerantes do presidente Itamar Franco, idéias de intervenção na vida política, e em seguida chantagens explícitas contra a Constituição.

Na esfera das finanças internacionais, o FMI e os bancos credores impuseram dificuldades súbitas à renegociação da dívida externa e enquadraram a equipe econômica tucana, no breve instante em que ela pareceu disposta a agir com ousadia para relançar as chances de uma terceira via em 94.

Até 25 de setembro as próprias chances de instalar a revisão pareciam muito discutíveis. O acordo a que haviam chegado os presidentes da Câmara e do Senado - Inocêncio de Oliveira e Humberto Lucena - para dividirem entre si mesmos a direção dos trabalhos balançava sob as queixas das distintas alas conservadoras do Congresso, que não se julgavam suficientemente contempladas. O senador Mário Covas fazia uma série de discursos contra a hipótese, de entregar o poderoso cargo de relator ao PFL. O senador Pedro Simon, líder do Planalto, havia feito um pronunciamento em que pedia o adiamento da revisão. Sob comando de José Serra, a bancada do PSDB decidira afastar-se dos trabalhos, a não ser que ficassem limitados a dois temas menos estratégicos, a Reforma Tributária e Previdência Social.

## Sinal de alarme

Soou então, para as elites, o sinal de alarme. No mesmo dia 25, o deputado Nelson Jobin (PMDB-RS), um dos parlamentares que defendem com mais intransigência a reforma da Carta, publicou no Estado de São Paulo um artigo revelador em que frisava: "A transição brasileira tem que ser encerrada. Sem regras ninguém joga". No mesmo dia o próprio Estado advertia em editorial:

"O país correrá o risco de transferir a revisão constitucional para o próximo governo - para um presidente eleito com enorme votação e para um Congresso possivelmente dividido". E a Folha de São Paulo completava: "É crucial afastar o processo, tanto quanto possível, das eleições do ano que vem, e dos efeitos perniciosos do fisiologismo eleitoral".

Nenhum argumento poderia revelar mais cruamente os interesses, os temores e os métodos que há por trás do esforço para fazer já a revisão. Faltando seis meses para o início da campanha eleitoral, as classes dominantes querem impedir que a Carta seja reformada por um Congresso eleito no calor de eleições plebiscitárias, e possivelmente sob o governo de um presidente disposto a apelar para o poder das ruas.

Eram tantos os interesses envolvidos que a partir da segunda-feira, 27, políticos destacados desfecharam uma bateria de iniciativas novas, com objetivo de superar a confusão que minava as forças da maioria conservadora do Congresso.

O PSDB havia se tornado, após o posicionamento de José Serra, o elo mais vulnerável da corrente conservadora. Sem o partido, havia dito Genebaldo Corrêa, líder do PMDB, a revisão "ficava complicada": acabaria aparecendo muito escancaradamente para a opinião pública como uma armação desprezível de partidos fisiológicos. Cooptar os tucanos era essencial para dar um verniz de respeitabilidade a um processo cujos líderes mais destacados eram gente da estirpe de Inocêncio de Oliveira, Paulo Maluf e Antônio Carlos Magalhães.

## PSDB e PFL

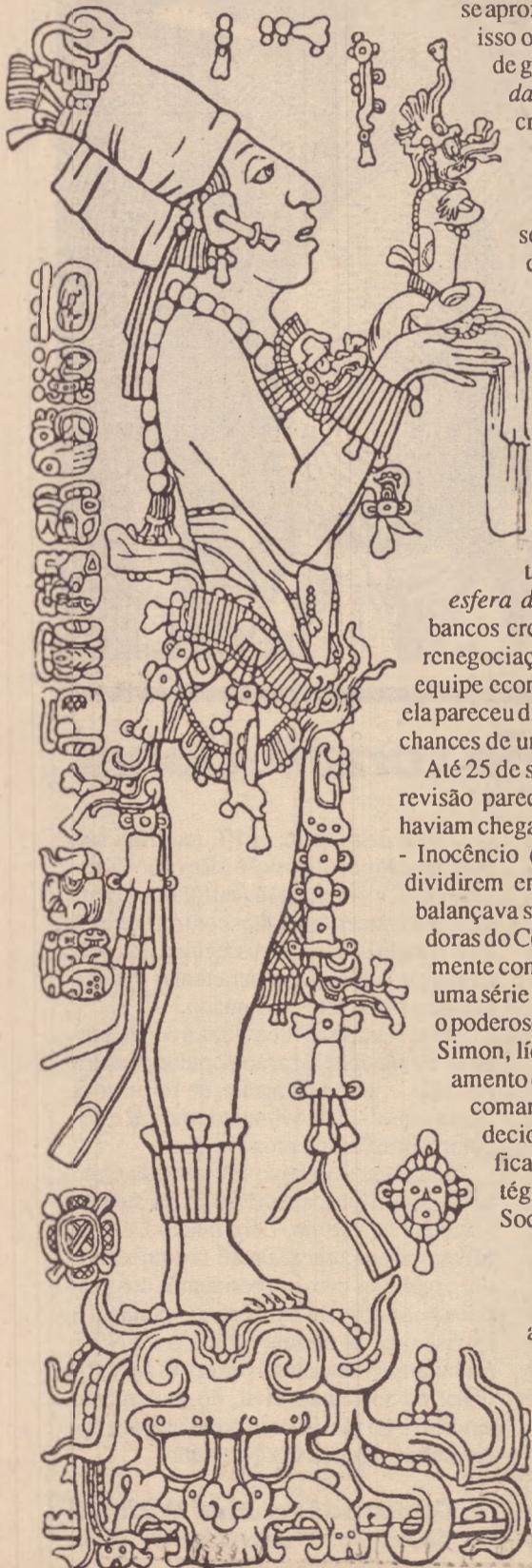
Uma frente de cardeais tucanos ergueu-se rapidamente contra Serra. O senador Mário Covas esqueceu de imediato suas diferenças com Inocêncio de Oliveira e preferiu atacar as posições do líder do PSDB na Câmara. O governador do Ceará, Ciro Gomes, "acusou" o PT e o PDT de pretenderem fazer a revisão após o pronunciamento do povo nas urnas e chamou a atitude de "casuismo lamentável".

Partiu de Washington, porém, a ação que tornou possível reverter a posição dos tucanos. Ainda no dia 27 o presidente do partido, Tasso Jereissati, que acompanhava o ministro Fernando Henrique Cardoso, avisou que regressaria em poucas horas ao país, para somar forças, numa reunião da Executiva do PSDB, aos que apoiavam sem reservas a reforma da Carta. Aí, alardeou desde cedo - revelou um parlamentar tucano ao correspondente de Brasil Agora, Antônio Carlos Queiroz - que o ministro da Fazenda estava decidido a demitir-se, se a revisão acabasse naufragando. Ao final da noite, a Executiva do PSDB definiu seu apoio à instalar a reforma da Carta em 6 de Outubro.

O segundo grande movimento em favor da revisão partiu do PFL. No mesmo dia 28 o líder pefelista na Câmara, Luiz Eduardo Magalhães, subiu à tribuna e anunciou formalmente que seu partido renunciava a pleitear o cargo de relator. O anúncio foi visto, com razão, como um fato extraordinário. Durante cerca de dois meses outro pefelista - o presidente da Câmara Inocêncio de Oliveira - havia se engalfinhado primeiro com Humberto Lucena, e em seguida com Mário Covas, precisamente para assegurar para o partido o posto, considerado tão importante quanto o de presidente da revisão.

Uma velha anedota que circula no Congresso diz que o PFL tem por ideologia apoiar qualquer governo, de Pinochet a Fidel Castro. O simples fato de uma agremiação desse caráter abrir mão de postos de poder destacadíssimos revelava a força dos interesses que estavam em jogo.

Graças à sucessão de iniciativas mútuas que produziram, os conservadores conseguiram aprovar por margem estreita, na noite de 29 de setembro, o projeto de resolução em favor da reforma da Carta. Na Câmara dos Deputados as bancadas de centro e de direita conseguiram mobilizar 270 parlamentares - treze a mais apenas do que era necessário para assegurar o triunfo. Sofrida, limitada e obtida graças a sucessivos ataques do senador Humberto Lucena aos regimentos parlamentares, a vitória era no entanto o que faltava para que a direita lançasse uma forte contra-ofensiva política, e de conseqüências ainda imprevisíveis. Dois outros episódios ajudaram a viabilizar o revertério.



## Pressões do FMI

O primeiro foi a submissão do ministro Fernando Henrique Cardoso a um elenco de exigências novas que lhe foram apresentadas pelo FMI e pelos credores da dívida externa. Um dos fatores que parecia pesar contra a revisão eram os sinais de que o presidente Itamar Franco e sua equipe econômica preparavam um choque com componente heterodoxo forte. Itamar havia submetido sem vacilações uma revolta fisiológica do PMDB contra seu governo, liderada pelo governador de São Paulo. A determinação incomum que demonstrou sugeria claramente que tinha na manga do colete uma carta capaz de forçar o partido a manter-se atrelado ao Executivo.

Além disso a equipe econômica adotará no dia 17 medidas para unificar as cotações do dólar nos mercados comercial, flutuante e paralelo. A expectativa de um plano de estabilização iminente, baseado na dolarização, era forte. O jornalista Jânio de Freitas chegou a especular dia 24 que havia grandes chances de Fernando Henrique faltar à reunião anual do FMI em Washington, que começava um dia depois, para fazer o anúncio do pacote.

Mas Fernando Henrique foi a Washington, permaneceu por lá uma semana inteira e viu agravarem-se as pressões por um acordo do governo brasileiro com o FMI. Há vários meses os bancos privados credores acenavam com a possibilidade de chegar a um acordo para o rescalonamento da dívida que dispensasse o Brasil do aval do Fundo e a submissão a seus programas. Subitamente o panorama mudou. Tanto o presidente do comitê dos credores, Willian Rhodes, quanto o secretário do Tesouro dos EUA alertaram que não há renegociação sem o FMI.

Até que ponto os episódios estão ligados é algo que requer uma investigação mais detalhada. Mas chama atenção o fato do ministro da Fazenda e do presidente do PSDB terem desencadeado suas pressões em favor da revisão da Carta no instante exato em que negociavam - e eram postos contra a parede - pelos gerentes máximos das finanças internacionais. Se o ministro da Fazenda foi à reunião do FMI falando em desenvolvimento e "paulada" na inflação, e voltou de Washington prometendo apenas um novo arrocho - de 25 bilhões de dólares - no Orçamento para 94 é porque alguma relação existe entre a viagem e a mudança...

## Chantagens dos militares

Como se não bastassem as pressões externas, teve início na última semana de setembro uma escalada fulminante de ações suspeitas de chefes militares, que culminou com chantagens explícitas contra a Constituição.

No dia 28 uma ação muito aparatosa - mas ainda inexplicada - da polícia fluminense resultou num tiroteio de várias horas com traficantes da favela do Coroadó, no Rio. Ao relatar à imprensa a ação, a polícia afirmou haver encontrado em poder de seus oponentes fardas do Exército e grande quantidade de armamento pesado. Poucas horas depois, o diretor da Polícia Federal, coronel (ex-SNI) Wilson Romão e o ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, almirante Arnaldo Pereira, foram à imprensa. E declararam que o Exército e a PF haviam feito planos de invadir e ocupar os morros do Rio, para "conter a violência".

Nos dias seguintes as iniciativas intervencionistas se agravaram. O porta-voz do Comando Militar do Leste, coronel Luiz Cesário Filho, revelou que o Exército começara a interrogar traficantes presos e confirmou que o objetivo era recolher informações para lançar uma ação contra tráfico. O coronel Romão, por sua vez, insistia em lançar insinuações: as Forças Armadas aguardavam apenas uma autorização do governador Leonel Brizola para ingressar no "combate ao crime".

Finalmente, numa palestra proferida em São Paulo, o ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Mário César Flores, lançou ataques diretos à Constituição; disse que "é imprescindível rever ao menos alguns pontos, se não haverá o colapso e a União morrerá". Foi quando lhe perguntaram sobre os riscos de uma possível fujimorização, porém, que expôs com crueza seu raciocínio: "Se as distorções da Constituição não forem corrigidas e a crise não for resolvida, em seis meses a um ano a sociedade poderá exigir soluções não exatamente ortodoxas".

## Disputa acirrada

No início de outubro, consumado o ataque múltiplo dos conservadores, o panorama político parecia ter se invertido.

As próprias pesquisas de intenção de voto comprovam que a ampla maioria das forças antiesquerdistas no Congresso é artificial; mas estas correntes estão animadas a usar essa vantagem conquistada no passado para acorrentar o próximo governo. A submissão das forças de "centro" aos objetivos da direita, consolidada quando o ministro Fernando Henrique rendeu-se às exigências do FMI, reduzia aparentemente as divergências entre as elites, e ao mesmo tempo as chances de dividi-las. Ao golpe institucional da direita somava-se a chantagem militar. Seria possível enfrentar esse conjunto de circunstâncias adversas?

A análise rigorosa da situação indicava que sim, desde que houvesse disposição para compreender a nova realidade e encará-la com respostas igualmente novas.

A decisão do Supremo Tribunal Federal, que anulou em 5 de Outubro duas semanas de esforços do centro e da direita em favor da revisão, é um sinal eloqüente de que interesses de grupos ainda estorvam a unidade dos conservadores, e de que por isso mesmo é possível tomar iniciativas que os dividam mais.

Uma grande divergência parecia, neste processo, causar tensão especial entre as forças revisionistas. O setor mais ligado ao governo Itamar Franco preferia iniciar a reforma da Carta por itens que o Palácio do Planalto julga essenciais para adotar um programa de estabilização, como a Reforma Tributária e a Previdência Social. Já o PPR, o PFL e outros partidos gostariam de começar por temas estratégicos, como a Ordem Política e a Ordem Econômica. Seria inaceitável para as forças de esquerda procurar, por exemplo, algum tipo de acordo com o deputado José Serra, que durante vários dias sustentou uma batalha contra os demais caciques do PSDB?

As dimensões do ataque dos conservadores pareciam revelar, no entanto, que as ameaças que ele suscitava só seriam afastadas em definitivo com uma atitude mais ousada. O golpe institucional tramado pela direita e pelo centro coloca em risco o centro da tática das forças de esquerda, pois pode implicar em encabrestar por antecipação o próximo presidente da República, impedi-lo de cumprir seus compromissos com o povo, transformá-lo num refém e terminar por levá-lo à desmoralização.

Diante de tal desafio, era provável que fatos novos, capazes de reverter a contra-ofensiva da direita, precisassem ser produzidos essencialmente à margem, e num certo sentido em oposição ao rumo seguido pela vida institucional. Se os diversos setores das elites temem as eleições, e se unem para esvaziar através da revisão constitucional seu sentido plebiscitário e potencialmente transformador, só resta contestar a reforma da Carta, e apelar ao povo para que a anule através de sua mobilização.

Sem deixar de explorar as divergências dos adversários, e até mesmo para tomá-las mais profundas, convém às forças empenhadas na candidatura Lula examinar três hipóteses: a de antecipar a deflagração da campanha eleitoral; a de dar a ela caráter de denúncia e de alternativa popular ao golpe institucional das elites; e a de incluir entre as propostas apresentadas ao povo a convocação de um plebiscito sobre a própria revisão. Nele os eleitores diriam, alguns meses após as eleições, se aceitam a Constituição escrita pela direita - ou se preferem que um governo amparado em dezenas de milhões de votos dê início às verdadeiras reformas de que a maioria necessita para sair da crise. □

Antônio Martins é jornalista da CUT e do Brasil Agora.

**Em torno da revisão constitucional o centro e a direita desfecham uma ofensiva rancorosa e tentam acorrentar desde já um possível governo de esquerda. Mas é possível detê-los.**





# Segurança do Estado ou segurança dos cidadãos?

RAUL PONT

**Os massacres praticados por policiais estão escancarando ao país a necessidade de profundas mudanças na sistema de Segurança Pública.**

**A**s Polícias Militares, hoje principais responsáveis pelo policiamento ostensivo, preventivo, em todo o país foram mantidas pela Constituição de 1988 praticamente com o mesmo sistema e com a mesma formação que predominou durante o regime militar. Durante esse período, todos os Estados, mesmo aqueles que possuíam Forças Públicas, como era o caso de São Paulo e Brigada Militar, como no Estado do Rio Grande do Sul, também tinham polícias civis fardadas. Em todo o país houve um processo de unificação, de centralização do sistema ostensivo e preventivo nas polícias militares. Mesmo naqueles Estados em não existia um passado de forte autonomia federativa republicana com exércitos próprios foram centralizados pelo mesmo modelo das polícias militares, hierarquizados sob rígida disciplina e cumprindo, na maioria das vezes, além das funções de policiamento ostensivo-preventivo, as funções de repressão política, aos movimentos sociais, movimentos grevistas e sindicatos. Reprimiram, também, em grau variado de comprometimento, a ação política oposicionista. Esta concepção de uma segurança muito mais do Estado do que da sociedade, muito mais do governo do que da cidadania, caracteriza o que perdurou durante o regime militar, manteve-se fruto de um poderoso "lobby" organizado durante o Congresso Constituinte e que chegou aos nossos dias.

## Alerta

O massacre do Carandiru e a mais recente matança de Vigário Geral, passando por crimes hediondos - como foram o assassinato de várias crianças na Candelária, no Rio de Janeiro - estão escancarando ao país a necessidade de profundas mudanças na

sistema de Segurança Pública. Esse processo não encontrou eco nos debates constituintes a nível federal e nem nas Assembleias Legislativas que em 1989 redigiram as Cartas Constitucionais estaduais. Em alguns Estados foi possível algum avanço, algumas pequenas conquistas, mas na maioria dos Estados prevaleceu a cópia integral do que já constava na Constituição Federal. O reconhecimento que as PMs estão gravadas no texto constitucional federal, como uma das tipologias possíveis de policiamento e, ao mesmo tempo garantidas por estarem subordinadas ao Exército, como força auxiliar e também controladas e regidas pela Inspeção Geral das Polícias Militares, órgão das Forças Armadas, estabelece uma competência para a legislação sobre o sistema de segurança privativa da União.

Esse sistema tem impedido reformas ou mudanças.

Nossa experiência na Constituinte gaúcha de 1989 foi muito limitada. O texto aprovado pela maioria esmagadora dos deputados foi copiado quase na íntegra do anteprojeto apresentado pela própria Brigada Militar. Alguns elementos pontuais foram agregados como a garantia do direito de Associação Profissional aos cabos e soldados da Brigada até então impedidos de ter qualquer associação representativa a não ser o Clube beneficente que recebe recursos e é controlado pelo comando.

Esse processo com graus variados de organização tem se estendido para vários estados do país. No Distrito Federal, onde não havia uma tradição histórica similar à Força Pública de São Paulo ou à Brigada Militar do Rio Grande do Sul, surgiu uma polícia militar relativamente nova com uma visão menos militarizada, o que facilitou há mais tempo a associação profissional de cabos e soldados.

## Emendas em tramitação

Atualmente, tramitam no Congresso Nacional emendas importantíssimas nesse sentido. A emenda constitucional do dep. Hélio Bicudo, do PT de São Paulo, já está em fase de apreciação por Comissão Especial composta dos vários partidos - que analisa a emenda constitucional para que ela tenha parecer ou substitutivo que permita apreciação do plenário. Esse projeto aponta no sentido de retirar da Constituição aqueles artigos que subordinam a Segurança Pública nos estados às Forças Armadas, ou seja, as PMs como forças auxiliares do Exército e a subordinação à Inspeção Geral das Polícias Militares. A iniciativa devolve aos Estados a autonomia para legislar sobre Segurança Pública.

A comissão especial que analisa a emenda Hélio Bicudo é presidida pelo dep. João Fagundes, do PMDB (RR) e tem como relator um ex-coronel e ex-governador do Pará Alacid Nunes (PFL). É uma composição extremamente conservadora, que tem feito tudo para descaracterizar o projeto, procurando manter a situação vigente no país. Em um debate promovido na UFRGS pela Brigada Militar, em convênio com a Universidade, João Fagundes defendeu abertamente o modelo do sistema atual.

Isso, somado ao conservadorismo do Congresso Nacional, dá uma demonstração clara da brutal dificuldade que terão as forças democráticas e populares do país para conseguir mudanças a curto prazo nesse processo.

## Tribunais militares

A cruza e o verdadeiro genocídio que foi cometido recentemente em Vigário Geral, ou nos acontecimentos da Candelária, estão fazendo com que setores da imprensa e também algumas áreas liberais do governo, ou dos partidos que estão no governo, comecem a admitir a possibilidades de mudanças. Assim, face à possível revisão constitucional, talvez se consiga avançar no sentido da democratização dos sistemas de Segurança Pública nos Estados. O dep. Hélio Bicudo é também autor de um outro projeto que busca limitar a ação dos Tribunais Militares, verdadeira excrescência jurídica que existe nos maiores estados, aqueles que tem efetivos superiores a 20 mil homens.

A existência dos Tribunais Militares tem se caracterizado por um binômio muito simples. Nas questões disciplinares, internas, são extremamente rígidos com os soldados, cabos e sargentos. Ciosos do cumprimento do Regulamento tratam como questões disciplinares as tentativas de organização, de greve, as reivindicações por melhores condições de trabalho. Os praças da polícia militar são julgados com grande rigidez e mantidos sempre sob tábua, sob o temor de punições severas que acabam, na maioria dos casos, levando à expulsão da corporação.

Mas, nos casos dos crimes contra o cidadão civil, no caso de mortes ocorridas em repressões a movimentos sociais ou em ações dos setores de informações destas instituições (construí



**A direita tenta bloquear ou desfigurar no Congresso as propostas do deputado Hélio Bicudo, de fim da Justiça Militar e da subordinação das PMs as Forças Armadas.**

dos com objetivos nitidamente políticos e hoje mantidos sob a alegação de que são fontes de informação para os governos estaduais), a visão e o julgamento, por parte dos Tribunais Militares tem se revelado extremamente flexível, elástico, complacente com crimes hediondos, com a violência absurda e a arbitrariedade sobre o cidadão, sobre a sociedade civil. Nesses casos, os envolvidos são absorvidos ou punidos pelos Tribunais Militares com penas muito pequenas, ridículas, frente a dimensão e a gravidade dos fatos cometidos. Os Tribunais Militares, portanto, sobrevivem com esta função corporativa, de autodefesa de seus membros, principalmente dos oficiais destas corporações.

A medida, de iniciativa do dep. Hélio Bicudo, limitava a ação dos Tribunais Militares apenas à questões disciplinares. Essa medida aprovada na Câmara Federal e hoje tramita no Senado, tendo como relator o sen. Cid Sabóia, do PMDB do Ceará, foi em grande parte desvirtuada por emendas do PMDB. Uma delas estabeleceu que somente crimes dolosos seriam julgados pela justiça comum. E, mesmo nos casos dolosos, a emenda também propôs que o inquérito militar continuasse nas mãos da Justiça Militar. Mas há uma expectativa de que um compromisso com o Ministério da Justiça permita, através de veto reparar esta descaracterização, após a apreciação do projeto pelo Senado.

No Rio Grande do Sul, a iniciativa do dep. Flávio Koutzii do PT, já tramitando na forma de emenda constitucional, vai mais longe, propondo, pura e simplesmente, a extinção da Justiça Militar, para que todo e qualquer caso de julgamento sobre crimes, ou sobre infrações cometidas sejam avaliadas diretamente pela Justiça Comum. Essa iniciativa, que tem chance de ser aprovada, deve ser um exemplo a ser seguido pelas bancadas do PT ou de outros partidos populares naqueles estados, como São Paulo e Minas Gerais, onde também a existência dos Tribunais Militares perdura.

**Questão programática**

Esse quadro indica às forças democrático-militares que elaboram os programas de governo dos Estados e o programa para o governo federal que dediquem uma atenção especial ao problema das polícias militares. Não é exagero afirmar que hoje, nos grandes Estados brasileiros - pelo que foi criado ao longo deste período nas corporações militares e seus vínculos diretos através dos gabinetes militares aos Governos de Estado - a maioria dos governadores se tornaram reféns das suas respectivas polícias militares, incapazes de enfrentá-las, de alterá-las, de tornar seu funcionamento mais democrático e transparente.

A questão da segurança pública, juntamente com a questão gravíssima do monopólio das informações no país, são certamente dois dos elementos mais importantes para qualquer processo de avanço da democratização do país. A possibilidade de alterar o atual quadro, por mudanças regionais ou pela aprovação de emendas que as forças democrático-populares consigam alcançar no Congresso Nacional, impõe a necessidade de discutirmos o modelo de polícia que queremos, o modelo de segurança pública que a sociedade precisa. Neste aspecto, é fundamental que o debate sobre o tema envolva as associações de cabos e soldados, as associações e sindicatos de policiais civis e, inclusive, oficiais que hoje tomam consciência desses problemas e estão abertos a reformas na estrutura policial-militar.

**Organizações dos policiais**

As associações começam a se formar em alguns estados, como é o caso da Força Policial no Rio Grande do Sul, que aglutina soldados, cabos e policiais civis. Ela tem como finalidade maior a luta pela unificação do sistema policial - com um setor fardado, ostensivo, mas sem a hierarquia, sem a disciplina cega que marca hoje a estrutura das PMs, que possa ser estruturado junto com a polícia judiciária, que sob um único comando, venha a se tornar um sistema de segurança muito mais democrático, transparente e submetido ao controle da população.

O atual sistema policial, marcado pela hierarquia e pela militarização, transforma a impunidade num método praticamente de sustentação da corporação. É importante transformar o cidadão que presta serviço diretamente à população, de um sujeito que é um mero cumpridor de ordens - onde a disciplina e a hierarquia cegam a razão, o livre arbítrio e a capacidade que necessariamente tem que ter o policial de agir nos vários momentos frente à criminalidade ou às questões sociais na rua - em um indivíduo com capacidade de discernimento, sobre o que é um problema social e como tal deve ser tratado e o que é uma delinquência e como tal deve ser preventiva e ostensivamente evitada.

As corporações, ao constituírem uma estrutura pesada, complexa e burocratizada, com uma série de hierarquias de funções, que obrigam ao quartel absorvem grande parte dos efetivos em atividades-meio que nada tem a ver com a atividade final, ou seja serviços de alimentação, limpeza, equitação, administração de super-mercados etc, retirando efetivos necessários à atividade-fim, que é a proteção ao cidadão, à sociedade diretamente nas ruas e nos bairros.

Precisamos de um sistema de segurança muito mais leve, muito mais barato para a sociedade e muito mais eficaz. Isso é possível com um sistema descentralizado, onde não há razões que justifiquem a existência de um quartel e uma delegacia coexistindo proximamente com sistemas de rádio, sistemas de relações com a sociedade, com transportes, com viaturas, completamente estanques, sem que esses recursos sejam otimizados, dentro de uma racionalidade determinada pela necessidade pública.

**Debate necessário**

Estes são alguns argumentos para que aprofundemos o debate deste tema dentro do partido e com os movimentos sociais. Há espaço e possibilidade para isso. O fato de um dos líderes da ACASOL do Rio Grande do Sul - Associação de cabos e soldados - o soldado José Gomes, ter lutado, junto com seus companheiros, pela existência e sobrevivência de sua entidade, levou a que ele disputasse as eleições de 1992 e conseguisse uma vaga como vereador da capital gaúcha. A receptividade dos seus colegas de farda, os votos alcançados nesse processo eleitoral demonstram que há uma grande sintonia das bases dessas corporações com as idéias defendidas pelo soldado Gomes e a associação da qual foi presidente e um dos fundadores, revelando que dentro da corporação não há uma postura unânime em defesa do "status quo".

Há um questionamento crescente, por parte dos cabos, soldados, sargentos e muitos oficiais, sobre a estrutura autoritária montada. Na maioria dos estados, parte dos oficiais se agarram aos privilégios e às funções gratificadas que recebem quando a serviço nos palácios de governo ou nos gabinetes militares dos governos estaduais, criando, através de incorporação destas funções gratificadas, verdadeiros guetos de privilégios, vantagens distintas do conjunto da corporação, ampliando ainda mais o descontentamento com o tratamento desigual existente.

Para nós, o policiamento deve ter vínculo direto com a comunidade a que este serviço é prestado. A descentralização desse serviço, seu controle e reconhecimento público por parte da comunidade pela segurança da qual esses servidores são responsáveis, é incompatível com a atual estrutura marcada pelo quartel e pela disciplina da hierarquia. Esperamos que este debate flua, cresça na sociedade possamos fazer avançar mais este aspecto da democratização da sociedade brasileira. □

*Raul Pont é vice-prefeito de Porto Alegre e membro do diretório nacional do PT.*



**A segurança pública é, junto com o monopólio das informações, tema importantíssimo para qualquer processo de avanço da democratização da sociedade brasileira.**

**EM TEMPO:**

**ASSINATURA ANUAL (10 edições).....CR\$ 1.500,00**

Nome:.....

Endereço:.....

Cidade:..... Telefone:..... Cep:.....

Recorte e envie juntamente com um cheque nominal a Carlos Henrique Árabe. Rua Brigadeiro Galvão, 138 Barra Funda São Paulo, SP CEP: 01151-000 Tel. 665550

# Paz no horizonte



ISAAC ACKCELUD

**Os palestinos são cada vez mais um fermento social em toda a região.**

**A paz com a OLP desencadeia um diálogo de Israel com todos os países árabes.**

**O** início de um efetivo e real processo de paz entre a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), liderada pelo guerrilheiro Yasser Arafat, e o Estado de Israel, presidido pelo general Rabin, veterano comandante de exércitos conquistadores e ocupantes, parece ter apanhado de surpresa as monarquias reacionárias do Golfo, seus patrocinadores, sócios e dependentes.

O próprio governo americano, posando de patrono da histórica iniciativa, adia o mais que pode as medidas práticas de aceitação autêntica do processo. Clinton limitou-se a emprestar os jardins da Casa Branca para a cerimônia e recitou um discurso podre de idéias, rico em lugares comuns. Em linguagem não bíblica um documento da indigência intelectual da diplomacia norte-americana.

O que se destaca no cenário internacional é a argúcia política, inspirando audácia e iniciativa a uma organização sem base territorial própria e, até a véspera, abominada com as ferozes condenações de banditismo e covarde terrorismo. A transmutação do vilão em herói dá uma idéia do tamanho das mentiras sistemáticas com que os serviços "noticiosos" do mundo capitalista costuma intoxicar a opinião pública mundial.

## Imprevisto na Guerra do Golfo

O ponto em que se acumularam os elementos necessários e suficientes para esta viragem foi a chamada Guerra do Golfo, denominação falsa e enganosa, pois não houve guerra, mas tão somente um ataque covarde de potências superarmadas contra um país isolado e impossibilitado de se defender. E não foi no Golfo Pérsico, não houve ação naval, tão somente bárbaros ataques em terra à população civil inerme do Iraque. Não foi uma guerra contra Saddam Hussein, ditador militar do tipo terceiro mundo, espécime que tão bem conhecemos de longa data. Os agressores do Pentágono venceram fácil contra um país isolado política, militar e diplomaticamente. Massacraram a população civil com impiedosos bombardeios de saturação. Mas manobram contra a independência dos curdos, pois isto mexeria no mapa da região, desde a Turquia até a Rússia. Saddam Hussein foi mantido e está no poder até hoje.

No "mundo árabe", reduzido à condição de depósito natural dos monopólios colonizadores pelos sultões e monarcas feudais entreguistas do petróleo, os palestinos de Yasser Arafat ficaram isolados. A OLP apoiou o Iraque contra a agressão americana. Não foi na conversa de mascarar como luta contra o ditador de plantão o ataque ao povo iraquiano, herdeiro da

velha e histórica Mesopotâmia, uma das matrizes da cultura e da civilização humana.

A OLP foi punida com a ruptura total, corte dos subsídios, isto é, material aos refugiados de sua sofrida diáspora. Os sultões, fiéis a diplomacia do dólar, repudiaram os "irmãos palestinos". As aparências eram de consolidação do poder do capital no Oriente Médio. A contenção da OLP faz parte da política de intimidação e repressão dos povos árabes. Lá também existe o medo ao povo. As classes dominantes temem e tremem em toda parte.

Mas aconteceu exatamente o contrário do calculado pelos especialistas burgueses. O que parecia a OLP isolada era, na realidade, a OLP de mãos livres. A perda do apoio das monarquias feudais funcionou como uma espécie de emancipação.

## Palestinos e israelense face a face

O outro parceiro, Israel, também tem uma experiência histórica de "sócio desigual" e da mesma forma sofreu restrições na conjuntura. A república judaica nasceu sob controle militar-policia britânico, em nome de um mandato outorgado para administrar as mudanças decorrentes da imigração hebréia em massa. O país expandiu-se com o apoio dos americanos, a base de um "relacionamento especial", em troca do apoio da maior e mais rica concentração judaica do mundo, enraizada nos Estados Unidos. Mas o apoio recebido desde o Marrocos até a Arábia Saudita, na Guerra do Golfo, indicou aos americanos que Israel não é mais seu apoio privilegiado no Oriente Médio. De aliada principal, a Tzavá (Exército de Defesa de Israel) passou a condição de força auxiliar de segunda linha e chegou a ser proibida de combater, Saddam não resistiu ao assalto americano, mas lançou foguetes contra Israel que não teve permissão de contra-atacar e defender-se. O Pentágono não queria perder os aliados árabes. Os generais israelenses não puderam tomar posição ao lado dos vizinhos. Repúdio total, com sabor de gueto.

Essas duas forças reprimidas no Oriente Médio, israelenses e palestinos, só tinham um caminho para a eficaz autodefesa - a paz. A estratégia da dominação colonial os lançava em guerra fratricida. A imperícia americana, isto é, as contradições do grande capital levaram-nos à paz.

Arafat, apoiado no trampolim da Faixa de Gaza e com uma clareira aberta na Cisjordânia (foi ele quem derrubou, pela segunda vez, as muralhas de Jericó), volta a enfrentar os governantes árabes de igual para igual. Sua força real, porém, está na repercussão positiva que consegue no seio das massas de cada país árabe. Os palestinos são cada vez mais um fermento social em toda a região. Estão muito bem representados nos campos de petróleo por milhares de operários, de técnicos e de especialistas. Gozam de posição destacada no seio da intelectualidade. Os palestinos fornecem um grande número de professores no grande Oriente Médio.

Simultaneamente, o processo de paz real com a OLP desencadeia um diálogo de Israel com praticamente todos os países árabes. São ações sincrônicas, formando uma rede de interinfluências e fortalecimento recíproco. Esta pode ser a face áurea da diplomacia israelense, sua autêntica certidão de nascimento, pois tem oportunidade histórica de empenhar-se de tratativas de igual para igual, e não como delegado e pupilo de potenciais coloniais, como país-patrão. Tudo vai depender da capacidade de organização das forças populares e particularmente da recuperação da autonomia da central sindical, Histadrut. Se os burocratas e militaristas levarem vantagem, na política interna, a oportunidade do Estado judeu poderá ser comprometida, em definitivo.

É previsível outra mudança decisiva na frente operária de Israel. Até aqui, os palestinos têm sido mão de obra indefesa e discriminada, privada de direitos políticos e sindicais. Esta situação deverá ser superada em processo mais ou menos rápido.

Seria ilusório esperar simpatia e estímulo para tudo isto de parte dos Estados Unidos. Mas os povos do Oriente Médio têm razões e experiência própria para, enfim, começarem a confiar em suas próprias forças.

## Por que?

A decisão de editar um encarte sindical permanente no **Em Tempo** parte da análise que temos da situação - impasses e desafios - que enfrenta o movimento sindical cutista.

Espaço para a informação e reflexão da militância sindical petista, este encarte reflete a prioridade que entendemos deve ter para o partido no atual período "a questão sindical".

Esperamos que para sua redação possamos contar com a colaboração da militância sindical do partido. Para tanto esperamos cartas e telefonemas com sugestões de artigos e informações para publicar.

**Marilane Teixeira e  
Gustavo Codas**

# Novas tarefas sindicais

*Este texto é uma versão editada de parte da resolução sindical aprovada pela 3ª Conferência Nacional da DS em setembro de 1993.*

É urgente desenvolver a discussão sobre o papel do sindicalismo cutista (e de todos os movimentos sociais) para a eleição do Lula em 1994 e no possível governo do PT no período 1995-99.

Por uma série de fatores, recolocou-se o cenário de disputa de projetos na sociedade - que o governo Collor tinha conseguido abafar nos seus dois primeiros anos. Na CUT ainda não se produziu uma orientação política capaz de dar conta desse desafio.

Por entender o que está em disputa, a direita mais raivosa da sociedade e importantes setores da mídia, deflagrou uma poderosa campanha difamatória contra o PT e a CUT. É apenas um *ensaio geral* do que será o terrorismo a que submeterá à opinião pública na campanha eleitoral e no eventual governo do PT.

A postura de direita explícita com clareza o que está em jogo no período. Buscará evitar a vitória eleitoral do campo democrático-popular a qualquer custo (mais do que em 1989) e se acontecer, tentará quebrar sua espinha dorsal logo de início no governo. Para os setores conservadores, só um cenário está descartado: o da *tranquilidade* na campanha e nos primeiros meses de governo.

## Engajamento

É fundamental o engajamento imediato *dos sindicalistas* do campo democrático e popular na preparação da campanha, incluído o programa de governo. O papel central do movimento é o de explicitar a disputa de projetos na sociedade. Isto deve ser feito construindo desde já movimentos por reformas estruturais que demarquem claramente com as opções conservadoras, seja em relação à questão agrária, à defesa dos serviços públicos essenciais, à defesa de empresas estatais democratizadas e de gestão transparente, a

uma política de rendas de recomposição dos salários e questionamento do sistema tributário que não taxa os lucros e a riqueza, etc.

Esses eixos devem servir para construir as mobilizações, checar as opções dos diversos setores políticos e disputar a hegemonia na sociedade. É necessário que em torno desses eixos se busque a reconstituição de um amplo movimento democrático e popular, no qual o movimento sindical deve ter papel preponderante.

Para se ter uma visão exata tanto do perfil da campanha eleitoral desde o movimento sindical, assim como da intervenção do mesmo sob o governo do PT, devemos ter presente o que significaria a vitória do Lula em 1994. Para as classes dominantes está claro: não deixarão governar ao PT e seus aliados, a menos que ambos abram mão de tudo e passem a aplicar apenas o receituário conservador.

Qualquer governo Lula minimamente bem sucedido (mesmo ao atacar questões *emergenciais* e ainda não *estruturais*) significará para amplas setores da esquerda e dos setores democráticos do mundo uma nova referência política.

## Três táticas

Frente a esse panorama duas táticas erradas se desenham no campo popular. (a) Por um lado, se martela a partir da posição de "independência" da

CUT frente a qualquer governo que a CUT apoiará aquilo que seja bom para os trabalhadores e questionará o que seja ruim. (b) Pelo outro lado, se trabalha a idéia que o governo do PT deve cumprir um "programa revolucionário", "radical" (em geral ultra-econômista), etc. ou será apenas a reedição de qualquer governo burguês. Assim, a função desde o movimento sindical seria tensionar o programa e os limites do governo - em geral esperando construir a *seguinte* alternativa de poder, etc.

Mesmo podendo ser lidas como mais à "direita" (a) ou "esquerda" (b) do espectro da CUT, essas duas táticas desconsideram que um governo federal do PT não acontecerá em condições normais, mas no meio de uma grande *comoção nacional*, sob intenso fogo da direita e que é a esse cenário que deve se responder. Assim, constituem duas expressões de despolitização sindical.

Uma tática política que dê conta do conjunto dos desafios deve contemplar os seguintes elementos:

- O governo federal do PT será expressão do mesmo campo de forças políticas e sociais que o conjunto das

organizações do movimento popular e sindical (ao contrário de qualquer outro governo federal anterior que expressaram mesmo na diversidade o campo de forças conservadoras), e que consequentemente o movimento sindical deve explicitar uma identidade estratégica com o projeto político expresso na candidatura Lula.

- O encaminhamento das reivindicações imediatas deverá levar em conta a dinâmica geral da disputa instalada no país.

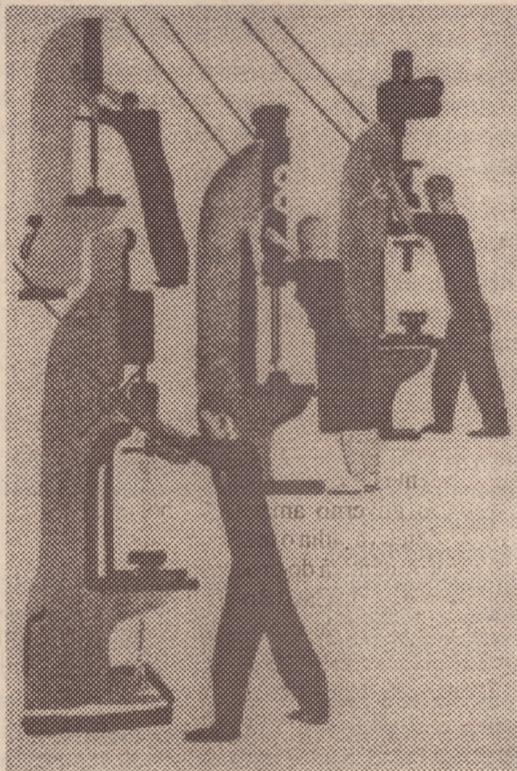
## A autonomia

- O movimento sindical combativo deverá ser capaz de atuar como setor fundamental do campo democrático e popular, que estará submetido ao maior teste de hegemonia que este país já viveu, resguardando sua autonomia e capacidade de inici-

ativa próprias, numa dinâmica que não excluirá os conflitos no interior do campo popular.

- Devemos diferenciar o *emergencial* (a ser atacado nos primeiros 100 dias), as medidas de *curto prazo* (do primeiro ano de governo) e o *programa de governo* como um todo. O governo do PT travará batalhas fundamentais nos 100 primeiros dias, quando através de medidas muito concretas deverá mostrar que existe uma inversão de prioridades desde o Estado, mesmo que ainda não tenham se viabilizado reformas estruturais. À par disso, o Estado deverá sinalizar claramente em favor de reformas estruturais da sociedade brasileira. No Brasil, ganhar as eleições, não expressa uma hegemonia na sociedade, o que deve ser *confirmada* pela atuação concreta do governo. Medidas emergenciais mesmo não alterando substancialmente o modelo econômico, poderão alterar a correlação de forças e por isso serão objeto de brutal ataque das classes dominantes.

- O movimento sindical deve se capacitar desde já para realizar uma *fiscalização pela base* do empresário que irá recorrer (desde o primeiro dia) a mil e uma formas de boicote contra as políticas governamentais. Essa fiscalização poderá evoluir a novas formas de controle social da produção. Essa postura do movimento deve vir acompanhada de uma nova e participativa forma de governar desde o Estado.



# O trabalhador negado

É ilustrativo o fato de que os cursos de formação sindical tratam a história do Brasil como se tivéssemos um século de existência. Com isso, ignoram completamente a formação de toda a base econômica do período que compreende o séc. XVI ao XIX, caracterizado pela mão-de-obra do trabalhador africano escravizado.

Alguns historiadores conseguem mesmo a façanha, fina flor do materialismo histórico e dialético, de falar em 'famílias quatrocentonas' referindo-se à burguesia industrial originada nas fazendas do café do séc. XIX, sem contudo identificar a presença do trabalho no Brasil pelo menos desde o século XVI e uma linha de continuidade das lutas sociais no Brasil, que se expressa, por exemplo, numa pauta de reivindicações apresentada por trabalhadores escravos, após dois anos de paralisação do trabalho numa fazenda de açúcar de Ilhéus-BA, no ano de 1789, que causaria inveja a qualquer metalúrgico do ABC.

Um outro equívoco grave, para dizer o mínimo, que observamos no enfoque histórico empregado na formação sindical, refere-se ao silêncio ou a simplificação da passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado e especialmente as razões que motivaram a grande imigração européia que, entre 1870 e 1920, trouxe aproximadamente 3 milhões 600 mil imigrantes para, literalmente, substituir o trabalhador nacional.

Na verdade tratou-se de uma política oficial de Estado, exaustivamente discutida na então Assembleia Legislativa da Província de São Paulo que elegeu o trabalhador europeu como capaz não apenas de assumir as tarefas do capitalismo industrial, mas também de fundar a nação brasileira, embranquecendo-a, já que segundo os imigracionistas, o trabalhador nacional, isto é, os negros, os mesmos que durante quase quatro séculos foram os principais senão os únicos produtores de riqueza do país, eram "vadios", "preguiçosos", e incapazes de fundar a nação e sustentar o progresso.

Ilustrando na prática uma espécie de acordo tácito estabelecido entre as elites e o anarcosindicalismo em torno da marginalização dos negros, vamos encontrar no relatório do 1º Congresso Operário Brasileiro (COB) realizado no Rio de Janeiro em 1906, com a presença de 43 delegados (dos quais podemos identificar numa fotografia pelos menos 8 negros) uma resolução que afirma: "no sindicalismo, não existe distinção de raças, línguas, côres, nacionalidades...o

# Um sindicalismo anti-racista

*Depois de mais de um século de suas primeiras experiências, a organização sindical da classe trabalhadora brasileira parece tomar consciência que a questão racial é uma determinação fundamental da exploração capitalista neste país marcado até hoje pela herança escravista da casagrande e da senzala.*

*Em agosto passado realizou-se em Belo Horizonte - MG o primeiro seminário nacional da CUT para organizar a luta sindical contra a discriminação racial. Dos documentos do Seminário transcrevemos aqui trechos de um subsídio produzido pela "Comissão Nacional da CUT de Luta contra a Discriminação Racial"; os títulos são de responsabilidade da redação. As conclusões e propostas de ação definidas no Seminário de BH podem ser encontradas no Jornal da Comissão que está sendo distribuído nacionalmente pela CUT. Publicamos ainda uma entrevista e um artigo de militantes sindicais comprometidos com a luta anti-racista.*

## A discriminação por setor econômico

*Salário médio por hora dos trabalhadores negros em relação ao dos brancos. Rendimento do trabalhador branco em igual situação = 100*

Geral	47
Ind. de transformação	52
Construção civil	48
Comércio	50
Serviços	48
Serv. Domésticos	93
Outros	64

*Grande São Paulo (dez/84 a mai/85) Fonte: Seade/Dieese*

sindicalismo é universalista por excelência...". Se levamos em conta que um censo realizado na indústria paulista em 1901 revelou a presença de apenas 10% de brasileiros entre os trabalhadores industriais, podemos concluir que talvez fosse mais interessante para os anarquistas invocarem um universalismo abstrato do que explicar para os brasileiros a concretude de sua exclusão e marginalização em favor dos privilégios raciais dos europeus...

A marginalizado do trabalhador negro deixou de ser absoluta apenas nos anos 30 deste século, com a diversificação da economia e, até certo ponto, em decorrência da famosa lei dos dois

terços, promulgada pelo getulismo.

Importa assinalar que o sentido desta breve digressão histórica é ressaltar o fato de que a formação social do Brasil, diferentemente da Inglaterra, da França e da Alemanha, entre outros, engendrou a formação de uma classe operária, com significativos e determinantes componentes raciais, historicamente negados pelo discursos sindicais, mas utilizados sistematicamente pelas elites como instrumento de super-exploração econômica (conforme atestam os dados estatísticos do IBGE, DIEESE e outros) bem como de controle social e aniquilamento dos direitos de cidadania (ver "Rota 66" de Caco Barcellos).

## A discriminação por nível de instrução

*Salário médio por hora dos trabalhadores negros em relação ao dos brancos. Rendimento do trabalhador branco em igual situação = 100*

Geral	47
Analfabetos	91
Sem escolarização	69
1º Grau incompleto	75
1º Grau completo	60
2º Grau completo	70
3º Grau completo	60

*Grande São Paulo (dez/84 a mai/85) Fonte: Seade/Dieese*

# Denúncias

Nos dias 20 e 21 de agosto foi realizado o 1º Seminário Negro de Químicos e Plásticos de São Paulo, participaram 50 companheiros e companheiras das duas categorias.

Nesse seminário várias foram as denúncias de discriminação racial, onde as mulheres são as principais vítimas dessa prática criminosa. Na categoria plástica, na fábrica Apoio, na zona leste de São Paulo, uma companheira foi demitida pelo fato de ser negra. Quando da denúncia, coisa rara até agora, verificamos que havia um tratamento desigual que se manifesta cotidianamente e após várias pressões exercidas pelo sindicato a companheira foi readmitida - evidenciando

que se tratava de fato de uma demissão discriminatória.

Vários depoimentos entre as mulheres assinalavam que a cor era o principal motivo para não terem acesso a cargos de chefia ou mesmo promoções. Igualmente foi denunciado que as mulheres negras não são contratadas para serviços de recepção, e no setor farmacêutico, não se tem conhecimento de nenhuma mulher negra que ocupe a função de representante de laboratórios.

É importante destacar a presença dos negros na categoria. Podemos afirmar com alguma segurança que constituem a maioria da categoria, embora não se tenha dados oficiais.

**Cleonice Coelho** (Cleo) é diretora do sindicato dos químicos de SP e membro na Comissão Nacional.





## A diferença

Ao tocarmos na questão racial (que diz respeito às relações entre raças) estamos, pois, tratando de um problema estrutural da sociedade brasileira e de um elemento fundamental na dominação de classes no Brasil, cujas raízes históricas localizam-se nos quatro séculos de escravismo...

Estas considerações nos parecem relevantes porque o racismo brasileiro faz com que naqueles raros casos otimistas em que o silêncio dá lugar à verbalização de impressões geralmente desengaçadas e preconceituosas sobre as relações raciais, a tendência é que a questão racial seja compreendida como um problema *dos e para os negros*...

O etnocentrismo, originado na escolha do europeu como portador do sangue capaz de fundar a nação, permanece até os nossos dias... A campanha pela redução da jornada de trabalho que a CUT realizou no início dos anos 80, utilizando exclusivamente tipos humanos brancos, aliás, com forte predominância de tipos arianos. Ao examinar o conteúdo racial da campanha "Pelos 40 horas", percebemos nitidamente que a idéia de um trabalhador abstrato, vago, sem traço de cor, configura uma falácia que não disfarça a adesão cega ao euro e etnocentrismo das elites e revela uma visão canhestra de nossa história e da realidade.

Reproduzindo os postulados do COB de 1906 a CUT opera com uma noção de classe trabalhadora como se esta fosse integrada por uma massa homogênea composta de homens brancos. Por esta razão, dentre outras, é que os cursos de formação enfocam apenas um quinto de nossa história, omitem a resistência negra do período colonial, caracterizam a sociedade escravista como de castas ou de estamentos e propagam a idéia de que o escravismo degradou apenas e tão somente os negros.

De resto, acreditam que o capitalismo transformou, num piscar de olhos, os ex-trabalhadores escravos em operários sujeitos ao mesmo tratamento dispensado aos brancos, cultivam a idéia de que as lutas sociais aportaram no Brasil na bagagem trazida pelos imigrantes e, finalmente, alimentam o sonho de que o socialismo será a panacéia - que num outro piscar de olhos - eliminará distorções culturais, ideológicas e sociais de raízes seculares (vide o pesadelo da Iugoslávia) e outras pérolas do pensamento positivista...

Uma percepção comum nos depoimentos dos trabalhadores que participaram de uma pesquisa aponta a falta de apoio por parte dos sindicatos aos problemas de natureza racial que surgem no local de trabalho. Ora, os dados estatísticos demonstram uma nítida divisão racial no trabalho (basta visualizar uma agência bancária e um canteiro de obras), diferenças salariais entre negros e brancos mesmo quando a função é a mesma, diferentes possibilidades de acesso às promoções, maiores taxas de desemprego entre os negros, jornada de trabalho superior para os trabalhadores negros...

Está em discussão, portanto, o alcance do discurso sindical e a sua capacidade de refletir a diversidade dos problemas enfrentados pelos trabalhadores no trabalho e fora dele...

Por este ângulo, defendemos a idéia de que ao invés de tentar enquadrar a realidade nos pressupostos clássicos da idéia de unidade de classe, esta deve ser concebida enquanto expressão dos problemas enfrentados pelo conjunto dos trabalhadores e não como expressão sacralizada dos interesses de uma parte dos trabalhadores, notadamente dos descendentes de imigrantes, para os quais, ainda hoje, o mercado de trabalho continua reservando as funções melhor remuneradas e de maior prestígio, a despeito da existência de uma maioria branca explorada...

# Sindicato também discrimina

Entrevista

*Carlos Calazans, é presidente da CUT-MG e membro da Comissão Nacional da CUT de Luta contra a Discriminação Racial. Ele esteve recentemente na África do Sul integrando uma representação da CUT em atividades da Cosatu, central sindical desse país. Seu relato dessa experiência será publicado no próximo número de Em Tempo.*

**Porque a CUT deve participar ativamente da luta contra a discriminação racial?**

A questão racial atravessa hoje a questão social. É um fator decisivo no mercado de trabalho, onde a discriminação do trabalhador negro é uma fonte de lucro para os patrões.

Não haverá luta consequente contra a exploração, se a Central não reconhece as diferenças que há ao interior da classe trabalhadora e o papel fundamental que tem o racismo na exploração capitalista no Brasil.

E não haverá um posicionamento consequente do movimento sindical na luta pela cidadania para as maiorias, se não enxergar que há um discriminação racial que faz com que os negros lotem as cadeias, sejam vítimas preferenciais da violência policial, sejam preteridos pelo sistema educacional, etc.

**Está preparado nosso movimento para cumprir esse papel?**

No nosso país houve uma omissão histórica da esquerda em relação à questão racial. A população negra tem lutado desde a época da escravidão e após a abolição. Porém, a esquerda não enxergou, nem incorporou, essa dimensão da luta de classes. Nossa Central e nossos sindicatos não escaparam a essa tradição.

Uma parte da nossa militância simplesmente nega a existência da discriminação. Existe audiência para o mito da democracia racial brasileira. Temos todo um campo de tarefas relacionadas à formação política e sindical na procura de superar essas resistências.

No entanto, em novembro de 1992 formamos a Comissão Nacional da CUT. Em agosto fizemos o Seminário Nacional com mais de 160 militantes sindicais. Já vinham sendo desenvolvidas experiências importantes em vários sindicatos por todo o país. A questão racial, finalmente, começa a fazer parte da pauta de discussão e ação de nossos sindicatos.

**O movimento sindical cutista também discrimina?**

Em muitos casos nossos sindicatos reproduzem padrões de conduta das empresas em relação aos negros - a começar no que diz aos funcionários dos sindicatos: as melhores tarefas para os brancos, as pesadas e não qualificadas para negros.

Também vemos que as vezes quando a questão racial começa a ser discutida tenta se colocar como sendo uma responsabilidade apenas dos militantes sindicais negros, e não como parte integrante da ação sindical geral. Nós recusamos esse gueto.

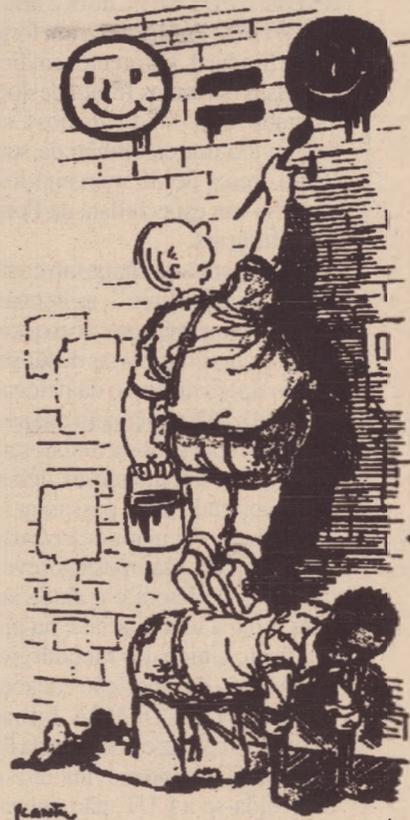
**Quais são as tarefas imediatas que estão colocadas?**

Em primeiro lugar divulgar a Convenção 111 da OIT e utilizá-la como instrumento de luta. Essa convenção refere-se à discriminação em matéria de emprego e profissão e estabelece uma série de medidas que os governos devem adotar para combatê-la. As experiências do cotidiano e os dados estatísticos demonstram que o governo nunca teve preocupação de implantar tal Convenção.

Criar nos locais de trabalho formas de abrir a discussão sobre a discriminação racial.

Realizar ações concretas na luta contra a desvalorização da mão de obra negra. Buscar mecanismos e lutas concretas para combater a discriminação na contratação, dispensa e efetivação da mão de obra.

E também, preparar um grande encontro de sindicalistas negros da CUT para março de 1994 para organizar nossa intervenção rumo ao 5º Congresso Nacional da Central.



# Deu CUT em Canoas!

Metalúrgicos

Nas eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas-RS foi vitoriosa a Chapa 2 - Oposição Sindical Metalúrgica.

Nos dias 27 e 28 de setembro passado votaram 5.331 metalúrgicos. A Oposição obteve 2.651 votos e a chapa um 2.514 votos. Houve ainda 138 votos nulos e 28 votos brancos.

A Oposição foi conformada por uma composição da *Cut Pela Base*, da esquerda da *Articulação Sindical* e da *Força Socialista*. Na Plenária Estadual da CUT foi aprovada a proposta de apóio da CUT/RS à oposição por mais de 90% dos delegados; também, essa foi a decisão unânime do Movimento dos Sem Terra. E na Plenária Nacional da CUT, os delegados metalúrgicos presentes à mesma, realizaram uma reunião em que definiram o apoio à Oposição.

A chapa um, encabeçada por G. Pedruzzi (atualmente membro da Executiva Nacional da CUT) e Paulo Paim (conhecido deputado federal do PT-RS), expressava uma composição de um setor degenerado da *Articulação Sindical*-RS com o PDT e o PCdoB, e arrastou um setor insignificante da CUT/RS. Porém, teve um forte e ativo apoio do MR-8 e da Força Sindical. Dirigentes sindicais de entidades controladas por essas correntes foram deslocados até Canoas, como por exemplo, os do sindicato dos Comerciantes de POA. Medeiros enviou um caminhão de som dos Metalúrgicos de São Paulo, cerca de 30 mercenários sob comando de Eugenio Pacelli - um especialista da Força Sindical em fraudar eleições sindicais.

A campanha da chapa um centrou-se no ataque à "partidarização do sindicato", as denúncias de que a oposição "iria fechar o setor médico e acabar com a colônia de férias". Este era o discurso nas portas de fábrica de Pedruzzi e Paim, cópia fiel do típico discurso da pelegada quando enfrenta a CUT.

A utilização feita pela chapa um da máquina sindical foi algo de proporções escandalosas. Sem falar de que as mensalidades dos trabalhadores deixaram de ser depositadas na conta do Sindicato e passaram a ser entregues pela patronal diretamente em mãos de Pedruzzi.

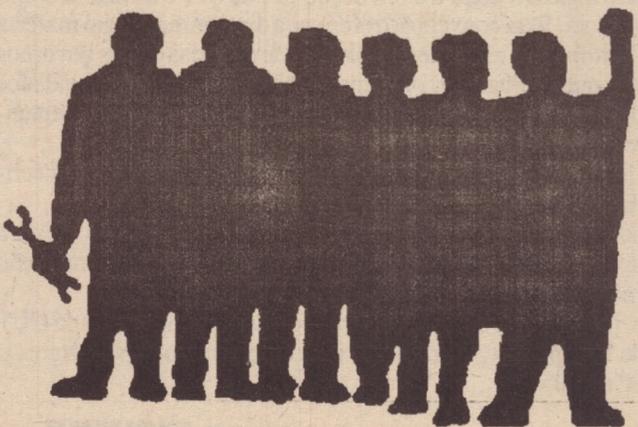
A campanha da Oposição teve seu centro na necessidade da categoria de retomar o sindicato, democratizá-lo, relançar com força a luta salarial e na proposta de construção de um Sindicato Único dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre.

A vitória da Oposição encabeçada por João Jorge Freitas, trabalhador da COEMSA, foi antes de mais nada uma vitória do projeto cutista e a derrota da Força Sindical em seus planos de implantar-se no movimento sindical gaúcho. Nesta vitória consolida-se a CUT, não apenas na categoria metalúrgica, mas no conjunto do movimento sindical do estado.

A opção feita pelos metalúrgicos de Canoas contribuiu decisivamente para consolidar um processo inaugurado no último Congresso Estadual da CUT, que manifestou-se nas eleições do Sindicato dos Bancários de POA na vitória da chapa 3 e na Plenária Estadual da CUT: a construção de um campo político plural, identificado com o PT, capaz de construir uma direção para a CUT que tenha força suficiente para tirar a Central da paralisia, do internismo e relançar a ofensiva dos trabalhadores.

A vitória da Oposição foi a confirmação "de que a primavera é nossa"!

**Lúcio Costa** é membro da oposição sindical dos metalúrgicos e presidente do PT de Canoas-RS.



# Modelito para Barelli

O projeto de reforma trabalhista enviado em 19 de agosto ao Congresso pelo governo argentino (do peronista neoliberal Carlos Menem) inicia uma mudança radical nas formas de contratação do trabalho: permitirá que convenções coletivas mudem *para menos* os direitos que até agora são de cumprimento legal e obrigatório. Assim, a jornada de trabalho poderá ser incrementada até 12 horas diárias; o descanso semanal poderá ser adiado por 30 dias, e a definição e duração das férias poderá ser negociada livremente no marco de cada empresa, ainda que com um mínimo de 14 dias. À par disso ficam sem efeito as convenções coletivas de trabalho no caso de não serem renovadas por falta de acordo entre as partes (patrões e empregados), e abre-se então a possibilidade de contratação temporária sem encargos de previdência social por até 3 anos. Estas medidas compõem o núcleo da contraofensiva imaginada pela equipe de governo para contrarrestar o impacto adverso da divulgação do índice de desemprego mais alto da história argentina (de 9,9 % de desempregados na população economicamente ativa ao nível nacional, além de 8,8 % de sub-empregados).



A tese do governo é que essas medidas - somadas à diminuição da contribuição dos patrões à previdência social - constituirão "incentivos ao investimento". A reforma trabalhista visa "adaptar as regras do mercado de trabalho para que o custo da mão de obra diminua e ao mesmo tempo se estimule a criação de novas fontes de trabalho".

Extraído do Jornal **Página 12** de Buenos Aires, de 20/08/93.

**Unificação.** Em 11 e 12 de setembro aconteceu o Congresso de unificação dos químico-farmacêuticos e plásticos de São Paulo, com 274 delegados eleitos em plenárias regionais, representando 66 fábricas. Desse total 18% eram mulheres. Foi o encerramento vitorioso de um longo processo de discussão realizado junto com a categoria. Agora, o próximo passo é a eleição da nova diretoria, já da entidade unificada, em março de 1994. O sindicato unificado representará 100 mil trabalhadores na base e conta com aproximadamente 30 mil sindicalizados. No nosso próximo traremos uma análise mais detalhada do processo.

Notas

**Fenasps.** Realizou-se em setembro o Congresso da Federação Nacional dos Previdenciários (Fenasps). A grande novidade positiva foi o surgimento como segunda força de uma chapa abrangendo petistas da *Cut Pela Base* (Tendência Marxista, Democracia Socialista, Fórum do Interior, independentes) e *Força Socialista*, que fez 36% do Congresso. Os companheiros puderam testar o poder de atração de uma política sindical petista junto a vanguarda sindical, a partir do perfil dado pelo 8º Encontro do partido. Os sindicalistas do PSTU (*Convergência Socialista* e *Liga* da CPB), que no início dos trabalhos reivindicavam hegemonia sobre mais de 60% do Congresso, perderam 1/3, caindo para 40% no final (o que ficou expresso no número de vagas que perderam na direção). O PSTU sofreu o impacto da rejeição da militância sindical, nessa entidade que se apresentava como seu principal reduto ao nível nacional, à proposta de uma corrente sindical com seu perfil partidário. O restante dos delegados era conformado por independentes, PCdoB e alguns poucos membros da *Articulação Sindical* - corrente que na prática não compareceu ao Congresso. Agora, a grande tarefa da entidade é seu engajamento na construção da unidade cutista orgânica no ramo de saúde e seguridade social.

# Cifras mágicas

JUSTA MONTERO

**A**s diferentes mensagens sobre a situação demográfica lançadas pelos mais variados foros internacionais coincidem num ponto: consideram o crescimento atual da população uma ameaça e tentam criar um estado de alarme social sobre isso.

Mas estes discursos tornam-se, a partir daí, contraditórios e mesmo divergentes. Se a reunião realiza-se em algum país do Norte, como foi o caso da Conferência Européia sobre População, ocorrida em abril deste ano na Suíça, o alarme tem dois focos: a imigração e o envelhecimento da população. Se, ao contrário, a reunião ocorre em algum país do Sul, como na ECO-92 no Rio de Janeiro, o destaque é a pobreza e a escassez de recursos naturais como resultado da superpopulação. A centelha que atíça o mecanismo é uma cifra que está se tornando mágica: 10 bilhões de pessoas, que habitarão o planeta no ano 2050, frente aos 5,84 bilhões que povoam hoje o mundo.

Mais do que uma previsão e portanto uma possibilidade, aborda-se esse número como se tratasse de uma verdade absoluta - abrindo caminho para afirmações catastrofistas de que nos encontramos ante uma nova explosão demográfica.

Mas os dados não permitem tal conclusão. A taxa de natalidade (número de nascimentos para cada mil habitantes) diminuiu em todos os países do mundo (globalmente em 1950: 23% no Norte e 37% no Sul; em 1985: 14% no Norte e 30% no Sul), mas foi ainda mais acentuada a queda na taxa de mortalidade, particularmente nos países do Sul. É esta diferença que mantém uma taxa de crescimento da população de 0,4% ao anos nos países industrializados e de 1,74% nos países subdesenvolvidos.

Por si só estes dados não teriam porque provocar alarme, mas busca-se legitimar atitudes mais ofensivas de controle da população e permitir aos governos dos distintos países reorientar prioridades e motivações sociais.

## O medo no Sul

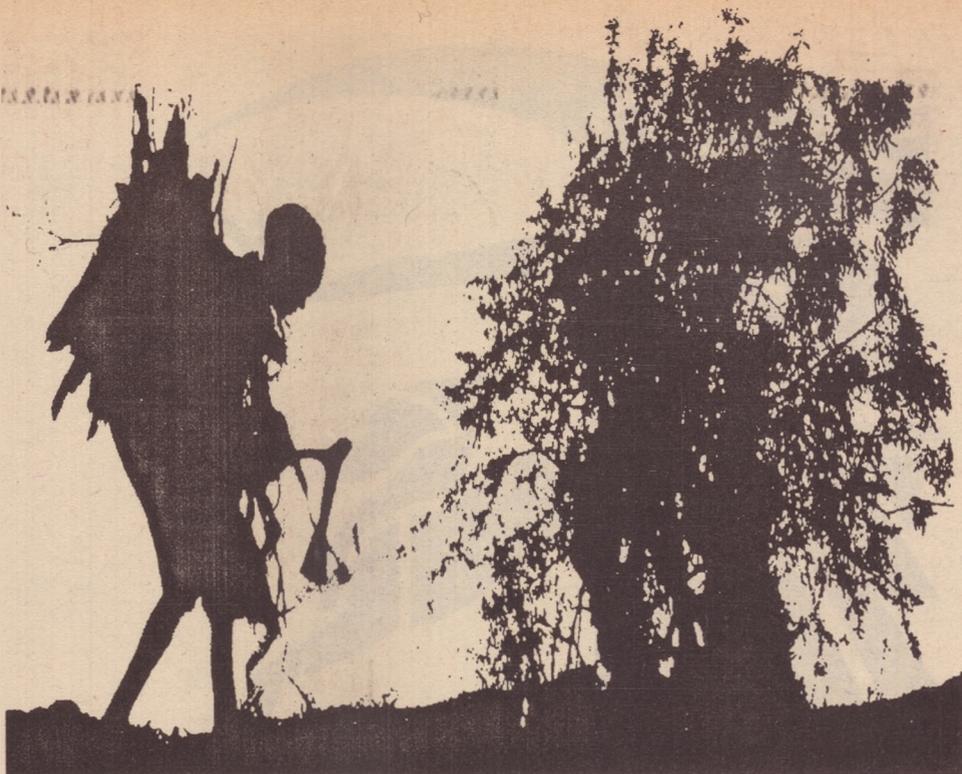
Se há muita gente, por que o empenho em induzir o aumento da natalidade européia ou da população de origem européia? A maioria dos países europeus estão abaixo do que se considera o nível necessário para assegurar a renovação da população (2,1 filhos por mulher), sendo a média européia de 1,8 e a da Espanha de 1,2 filhos. Os europeus e em particular suas classes dominantes sentem-se ameaçados quando se percebem vulneráveis frente a populações mais jovens e pujantes do Sul. Isso explica seu empenho em freiar o crescimento demográfico no Sul, em amuralhar a Europa, defende-la do que alguns qualificam como "invasão de imigrantes".

Segundo estatísticas oficiais, a demanda de imigração para a Europa e os Estados Unidos nos próximos trinta anos será de 60 milhões de pessoas. O temor não oculta a incapacidade de incorporar coletivos diferentes, mais difíceis, portanto, de integrar social e culturalmente no que consideram os baluartes do Ocidente, ao tipo de sociedade e de desenvolvimento que representa a Europa.

Este eurocentrismo, sinônimo de intolerância, falta de solidariedade, xenofobia, teme que se introduzam elementos de desequilíbrio considerados "externos" a sua sociedade e trata de assegurar, acima de tudo, a continuidade e hegemonia do homem e da mulher brancos europeus. O líder fascista francês Le Pen afirmou isso nos seguintes termos: "no ano 2000, a Europa dos 12 representará apenas 5,3% do planeta; e em 20 anos a França já não será a França".

É este mesmo discurso que nos diz que o que ameaça a humanidade é a superpopulação, que provoca a pobreza, a deterioração do meio-ambiente e que limita cada vez mais os recursos. Ele procura apresentar os países de mais altas taxas de natalidade, no Sul, como os bodes-expiatórios dos problemas do planeta. Afinal, eles concentram 77% da população mundial.

Mas não é assim se observamos a densidade da população, mais alta, por exemplo, na Suíça do que na Índia ou na Somália. A proposição "com mais população, teremos mais



fome e pobreza" aparece com força. Mas a própria Organização das Nações Unidas para Alimentação (FAO) afirma que a produção mundial de alimentos cresce 30% mais rápido que a população, podendo hoje alimentar (teoricamente) toda a população do planeta.

O desenvolvimento do subdesenvolvimento

Que um maior número de pessoas produza maior pobreza só pode parecer lógico se aceitamos a ruptura do mundo entre Norte e Sul, os sistemas de distribuição de riqueza e consumo impostos pela atual ordem econômica.

Caso isso acontece certamente poderemos, em cem anos, ultrapassar a capacidade de resistência do planeta. Mas o problema não reside na população, mas por exemplo no fato de que 10% da população mundial consome 80% da produção de energia ou que 1/3 dos recursos mundiais sirvam para manter 6% da população mundial.

Essa crítica pode ser estendida à utilização das terras, a esse círculo informal que obriga a produzir para exportação, destruindo as próprias terras férteis e a cultivar para a sobrevivência terras marginais, de baixa produtividade e mais vulneráveis à degradação do meio-ambiente.

No fundo está, portanto, o modelo de desenvolvimento, agressivo para com a natureza, obediente às leis do mercado, que aprofunda as desigualdades entre Norte e Sul, e dentro do próprio Norte, e o empobrecimento progressivo do Sul. É a isso que chamam de desenvolvimento. □

Artigo originalmente publicado na revista *Página abierta* nº 27, editada em Madrid.

**Crescimento demográfico? No Norte, a idéia de população aparece unida à imigração e ao envelhecimento. No Sul, é vinculada à superpopulação, pobreza e escassez de recursos naturais.**

## Onde estão as mulheres?

O conceito de população foi reduzido por economistas e demógrafos a um "P", um conceito abstrato, estranho a qualquer coletivo social concreto. A ameaça é a "população", ainda que logicamente trata-se de desenvolver, limitar e controlar os comportamentos reprodutivos, particularmente das mulheres. Este é o objetivo dos diferentes órgãos que financiam e avaliam as políticas de população.

Assim, no Sul tratam de impor o modelo de família ocidental, independente de sua relação com a realidade cultural, a decisão da própria mulher e sua correspondência com momentos particulares do processo de cada país.

As políticas de planificação recaem direta e indiretamente sobre as mulheres. Esta característica traduz-se em propostas diametralmente opostas na forma e no conteúdo caso se trata do Norte ou do Sul.

No primeiro caso, tratam-se de medidas de incentivo à natalidade através de complexos sistemas de subsídios familiares e ajudas econômicas para o segundo e o terceiro filhos (segundo o país), ampliação das licenças-maternidade, flexibilização da jornada de trabalho...

No Sul, ao contrário, o objetivo é, no sentido estrito, controlar a população; os métodos que se aplicam e que são investigados são os que podem ter uma maior eficácia a longo prazo, com o menor custo econômico e social possível.

Não se pode abordar o debate sobre a situação demográfica senão a partir da consideração dos grupos sociais concretos e, particularmente, da situação das mulheres nos processos de mudança em suas comunidades. Toda política, qualquer que seja o seu sentido, deve partir do direito das mulheres decidirem.



# A política econômica da revolução democrática

JOSÉ CORRÊA

O 8º EN aprovou a resolução **Por um governo democrático e popular** que, por sua forma, conteúdo e caráter sintético, já constitui o texto fundamental de diretrizes para a elaboração do programa de governo do PT. Já temos, pois, um sólido ponto de partida para debater o programa de governo para 1994. Mas temos aí, também um calcanhar de Aquiles, o tema da política econômica, devido a ausência de um acúmulo específico que seja partilhado pela maioria do partido, que seja útil para desdobrar a linha política que aprovamos.

## Estado e poder

O dilema mais geral com que o partido está confrontado foi bem localizado pela discussão do 8º EN, uma "tendência ao aguçamento das polarizações: ou a burguesia sofre uma derrota e se submete a um programa de redistribuição de renda, ampliação do mercado interno e de eliminação da miséria; ou impõe uma derrota aos setores populares e realiza seu programa de *apartheid social*. Por isso *não há espaço real para uma 'terceira via': ou trilhamos o caminho das mudanças ou será a continuidade da miséria, da fome e da marginalização*" (p. 8). Isso "implica em quebrar ou limitar drasticamente o poder dos grupos dominantes. Esse processo, por sua radicalidade, é parte de uma *revolução democrática* em nossa sociedade, uma ruptura com as estruturas de poder vigentes, que abra caminho para a construção de uma sociedade radicalmente diferente da nossa" (p. 6).

A conquista do governo central é uma alavanca decisiva neste processo. O "aparelho" de Estado é constituído por uma série de instituições (executivo, legislativo, judiciário, nos planos federal, estadual e municipal) que são, de conjunto, o elemento articulador da nossa formação social. É esta estrutura de aparatos organizados pelo sistema político que regula a reprodução das relações sociais, econômicas e culturais existentes.

Ora, o executivo central é uma peça indispensável para o funcionamento normal do conjunto do sistema. A conquista da presidência da República pelo PT abre um conflito imediato tanto entre o executivo federal e as outras esferas do Estado, como dentro do próprio aparato de governo federal, até então montado para funcionar segundo objetivos e procedimentos diferentes. O risco do nosso governo ficar cercado dentro do aparelho de Estado (para utilizar a feliz expressão de Emir Sader), prisioneiro deste emaranhado de instituições, é grande. Só romperemos os entraves aí existentes a partir das energias das grandes mobilizações sociais e políticas de massa, dos choques abertos de classe travados na sociedade civil. É a partir deste movimento nacional amplo que poderemos empreender a democratização da vida política e institucional e a reforma do Estado.

Mas não podemos também subestimar a importância das posições que conquistarmos. A partir do governo central poderemos desencadear a implementação de *um programa de reformas emergenciais*, nos primeiros meses de governo, que alavanquem a continuidade da disputa de hegemonia e do deslocamento da correlação de forças a nosso favor, de forma a permitir a *construção de instrumentos políticos e institucionais mais sólidos para a efetivação do programa de reformas estruturais*. É evidente, por exemplo, que o Congresso será utilizado (junto com outras instituições) para barrar a aplicação de nosso programa de reformas. Se soubermos, desde o início, galvanizar as aspirações e as energias populares para um programa de medidas concretas de mudanças, poderemos avançar na disputa de poder na sociedade brasileira, dentro e fora do Estado.

A conquista do governo abre o caminho para a luta pelo poder no qual não haverá "terceira via". Essa perspectiva não é apenas retórica e o curso da disputa já travada em 1993 indica que a burguesia tem consciência disso. Ela tentará evitar de todas as maneiras possíveis a vitória do PT. O cenário da campanha será de confrontação aberta, uma verdadeira guerra. E se vencermos a primeira batalha, travada até o fim de 1994, teremos uma escalada no conflito e não seu arrefecimento. A conquista do governo será a conquista de um instrumento precioso para combater as elites dominantes, mas não sua derrota definitiva. *A derrota da burguesia a que se refere a resolução do 8º EN só poderá ser o resultado de um processo social amplo, do avanço da revolução democrática*, que deixe a burguesia sem condições de retomar a iniciativa por um longo período.

## O eixo da redistribuição de renda

Temos que colocar os debates sobre a economia e as políticas de governo no terreno onde são vividos e compreendidos pela imensa maioria da população, onde podem ser resolvidos a nosso favor, e não no espaço viciado em que hoje se movem, fruto unicamente das preocupações em zelar pelos mecanismos que preservam a rentabilidade do grande capital - com destaque para a preservação dos ganhos da acumulação financeira, dos exportadores e dos oligopólios (como destacou o diagnóstico de César Benjamin no *Em Tempo* nº 267, p. 9 e 10).

O Brasil dispõe de enormes recursos produtivos desperdiçados pela racionalidade capitalista vigente e pela mesquinhez das elites. Se nosso objetivo é criar outro sistema de relações econômicas, diferente daquele hoje estabelecido para beneficiar os oligopólios, não podemos proceder operando na lógica estabelecida. Isso se manifesta antes de tudo em um ponto: para ampliar o mercado interno e eliminar a miséria no Brasil não há outro caminho senão *redistribuir a renda*. Isso não poderá ser feito através de uma mágica e indolor "retomada do crescimento", que beneficiaria a todas as classes (porém, mais aos mais pobres), nem através de uma política consensual, mas *exige uma transferência dos ricos para os pobres*.

A política de distribuição de renda é o único eixo central possível da atuação econômica do governo democrática e popular desde seu primeiro momento, base indispensável para a expansão do mercado interno, eliminando a miséria e a marginalização social e retomando em outros marcos o crescimento do aparato produtivo. De outra maneira, a sequência de um processo de acumulação cada vez mais internacionalizado e oligopolizado prosseguirá reproduzindo e aprofundando a construção de uma sociedade dual.

Colocar esta política de distribuição de renda no centro da nossa política econômica significa também priorizar a eliminação ou pelo menos o bloqueio dos mecanismos que operaram a concentração de rendas nas mãos da burguesia. Durante décadas, o capital apropriou-se dos ganhos de produtividade numa

**A conquista do governo abre caminho para a luta pelo poder, na qual não haverá "terceira via".**

economia articulada pelo mercado capitalista oligopolizado, isto é, operando com preços administrados. A inflação foi utilizada como mecanismo de transferência de renda do trabalho para o capital. E este procedimento operará abertamente face a qualquer tentativa de transferir renda da burguesia para os trabalhadores.

Assim, uma política de redistribuição de renda só pode ser eficaz se restringir a capacidade de ação das "livres forças de mercado", vale dizer, se controlar a capacidade dos monopólios de administrarem seus preços e se for capaz de tomar, por um longo período, os salários "inflexíveis para baixo", permitindo sua elevação constante por todo um período - inclusive do salário indireto, isto é, dos serviços disponíveis através da previdência social. Isso não será feito por nenhum programa econômico coerente em moldes neoclássicos ou keynesianos, mas resultará da revolução democrática que o Brasil necessita. O controle real dos oligopólios é, pois, a outra face, inseparável, da política de redistribuição de renda.

### A mutação do capitalismo

O dinamismo histórico da economia brasileira derivou tanto da industrialização por substituição de importações como do fato de propiciar ao capital uma certa capacidade de integração social de parcelas crescentes da população, possibilitando melhorias nas condições de vida e canais de ascensão social. As duas dimensões entraram em crise na virada dos anos 80.

## Confrontação e lógica econômica

A lógica da acumulação de capital é implacável e naturalmente continuará operando sob o governo democrático e popular. Faz parte da racionalidade capitalista procurar maximizar lucros e minimizar riscos, remarcando preços, "aplicando" o capital nos "investimentos" mais lucrativos e seguros (de preferência no exterior), sonegando impostos, pagando baixos salários e demitindo funcionários para cortar custos etc. A burguesia faz isso hoje e procurará continuar fazendo no futuro - se puder.

A economia será, tanto quanto a política ou a ideologia, um terreno de enfrentamento aberto entre o projeto democrático e popular e o grande capital. Ainda que não façamos disso o centro de nosso discurso, *não podemos trabalhar com a perspectiva de que nosso governo conheça uma situação de "normalidade" econômica*. Como Keynes já enfatizava, o capital opera a partir de expectativas de lucro e se elas são desfavoráveis ele desenvolve iniciativas de defesa de sua rentabilidade. Não temos porque esperar que setores importantes da burguesia adiram espontaneamente ou mesmo se mantenham neutros frente a nossa proposta.

As categorias econômicas são expressão de relações entre classes e frações de classe e condicionadas por correlações de forças dinâmicas, resultado de disputa permanente. Política econômica não é apenas a definição de prioridades, mas sua materialização intervindo sobre aspectos como inflação, política fiscal, produtividade, fontes de financiamento etc, que são cada um deles expressão de relações e interesses de classe específicos e gerais. As categorias econômicas têm uma objetividade própria, uma "legalidade" característica das "leis" sociais, mas a ideologia burguesa procura apresentá-las como noções "técnicas", desvinculadas das relações sociais que expressam. Nosso esforço terá que se dar justamente no sentido oposto, de politizar estas categorias, desvendando os interesses que ocultam.

Será, portanto, estupidez se o partido não se preparar para aquele que se anuncia como o cenário mais provável - confrontação aberta onde o destino do governo será jogado já nos primeiros meses e onde o controle capitalista da economia será plenamente empregado por nossos adversários nesta disputa. A utilização das categorias de análise econômica pelo partido não podem, assim, ser tecnicizadas e esvaziadas dos interesses conflitantes que expressam.

As condições atuais do sistema capitalista não apontam para um novo processo de substituição de importações para o Brasil (e para outros países do Terceiro Mundo), bem como mostram em todo o mundo uma crescente perda de capacidade de integração social pelo sistema. A revolução tecnológica em curso vem provocando a redução do número absoluto de postos de trabalho, principalmente na indústria, expulsando trabalhadores que não são todos reabsorvidos por outros ramos da economia. Isso não decorre apenas da recessão em curso, mas da elevação da composição orgânica média do capital impulsionada pelas transformações tecnológicas em curso. Além disso, a resposta do capital à crise da década de 80 aprofundou a heterogeneidade estrutural da economia brasileira.

Isso significa que uma retomada do crescimento não poderá ser desencadeada, da mesma forma que no passado, por investimentos de um Estado indutor da acumulação no setor oligopolista, nem desencadeará, por si só, uma retomada da expansão da oferta de postos de trabalho. O número de empregados na indústria no Brasil em 1993 era igual ao de 1971; esta situação não será significativamente alterada mesmo por uma expansão duradoura e poderá ser observada em outros setores, como os bancos e os serviços financeiros, os supermercados etc.

A geração de renda pela expansão do mercado de trabalho "formal" será pois, menor do que no passado, como será sua capacidade de integração social. Isso não reduz a importância de reverter a queda dos salários; a participação do salário na renda interna urbana no Brasil que era de 50% em 1980, caiu para 30% em 1992; o índice do salário mínimo real que era de 61,78 em 1980, caiu para 26,07 em 1992 (ver *Em Tempo* nº 269, p. 10). Mas nos anos 90 ingressarão no mercado de trabalho 25 milhões de brasileiros. A impossibilidade do setor "formal" da economia gerar empregos capazes de absorver todo este contingente coloca limites para a expansão do mercado interno ser puxada apenas pelo crescimento dos salários dos trabalhadores empregados.

A expansão dos salários - que em muitas empresas pode ser respondida com a introdução de tecnologias destinadas a reduzir os custos salariais - deve ser complementada por pelo menos três outras medidas no setor "formal". De um lado, devemos impulsionar uma importante redução na jornada de trabalho. Ela caiu ao longo dos últimos anos, mas ainda é grande. A jornada legal de 44 aprovada pela constituinte de 1988 é, de



**Não podemos trabalhar com a perspectiva de que nosso governo conheça uma situação de "normalidade" econômica.**



As ilustrações das páginas 14 a 17 são de Theodore Menten.

fato, na Grande São Paulo, de 41 horas nos serviços, 42 na indústria e 46 no comércio (sendo que a hora-extra é cumprida respectivamente por 35%, 37% e 53% dos trabalhadores de cada setor) (ver *Em Tempo* nº 269). Sem a continuidade da redução da jornada de trabalho, tanto legal como real, reforçada pela limitação à sua flexibilização através das horas-extras, o mercado de trabalho se estreitará ainda mais, aprofundando

ainda mais a heterogeneidade social da classe trabalhadora. O compromisso do governo com a implantação de uma jornada de trabalho legal mais reduzida que teremos que definir qual é (por exemplo de 35 horas semanais), é um imperativo não só econômico mas também social.

De outro lado, a geração de empregos (e portanto de renda e mercado de massa) no setor "formal" só conhecerá uma expansão sustentada se for impulsionada por investimentos em ramos que absorvam muito "mão-de-obra", como a construção civil. O investimento na renovação da infra-estrutura instalada, na reforma urbana e em uma política habitacional de massas são, deste ponto de vista, prioridades centrais. Por fim, exige

também do Estado a universalização real de um sistema de previdência e serviços sociais de qualidade, que não imobilize parte da renda dos assalariados e das massas populares nestes gastos.

### Mercado e crescimento

A expansão do setor "formal" da economia não é suficiente para permitir a incorporação de um enorme contingente de pobres ou de trabalhadores autônomos, de biscateiros, de artesãos, de donos de pequenas empresas. Wladimir Pomar enfatiza corretamente a importância de três medidas: "a realização da reforma agrária (acesso de mais de 10 milhões de lavradores à terra e à produção); a realização de uma verdadeira reforma agrícola (duplicar ou triplicar a produção agrícola); e o estímulo à economia informal (ajudando-a a expandir-se como grande absorvedora de mão-de-obra e produtora de bens de consumo de massa baratos)" (ver *Em Tempo* nº 269, p. 14).

Em um país com 70 milhões de miseráveis, a importância dessas medidas é inquestionável - ainda que isso tenha consequências também negativas, como por exemplo a superexploração que normalmente caracteriza as relações trabalhistas neste setor. Estas medidas reforçam e articulam-se com duas outras iniciativas que o partido já vem encaminhando: a campanha contra a fome, de caráter verdadeiramente emergencial, que pode atingir os milhões de marginalizados até agora refratários aos esforços de organização tradicionais (ver matéria da pg. 20); e a proposta de garantia de renda mínima, que Eduardo Suplicy vem impulsionando como iniciativa legislativa. A primeira deve ser desdobrada em uma abrangente política alimentar; a segunda pode ser paga com recursos hoje desperdiçados. Ambas devem ser compromissos fundamentais do governo democrático e popular.

Há uma coerência de conjunto - social, política e econômica - entre as propostas de estímulo do setor informal da economia e de democratização do acesso à propriedade: utilizar o mercado como um mecanismo integrador das massas populares, que vem sendo expulsas tanto do campo, quanto do mercado capitalista pela expansão da acumulação oligopolista. Como afirma um documento da esquerda sandinista, temos que regular o mercado "para não continuar segregando massivamente e de modo estrutural os setores populares. Não se pode capitular frente a este marco restritivo, marginalizador e excludente, nem sacralizá-lo. O mercado não é um ente; é uma forma de organização das relações sociais de produção, circulação e distribuição social entre os homens e as classes. Como tal, é regulado e funciona de diferentes formas dependendo de sua própria configuração concreta e do marco social, político e institucional concreto de cada país. Nossa proposta deve ser suficientemente ampla para integrar o maior número de seto-

res" (*Inprecor AL* nº 31, abril de 1993, p. 32/3)

O crescimento dos salários e empregos do setor "formal" somado à expansão da renda disponível no setor "informal", são hoje um motor disponível, a curto e médio prazo, para alavancar um crescimento econômico significativo. Sergio Goldenstein verificou que esta já foi, inclusive, a dinâmica responsável pelos momentos de crescimento do período recente (ver o artigo *Sem medo de ser governo*, em 1994, RJ, Relume-Dumará, 1993, p. 139/140).

### O enfrentamento com os oligopólios

Mas a economia brasileira é essencialmente urbana, industrial e oligopolista. Há uma enorme desproporção entre o que é hoje a geração de riqueza no país e a parcela da população nela envolvida, entre o peso econômico e o peso social do setor oligopolista e do setor "informal". Isso significa que a reforma agrária e o estímulo ao setor "informal" são fundamentais como orientação de desenvolvimento e integração social, de expansão do mercado, mas a dinâmica da economia vai continuar sendo determinada pelos setores industriais modernos hoje controlados pelo grande capital. Romper o controle que ele detém sobre o mercado, seu poder na economia e na política é condição para permitir o exercício da cidadania hoje negado a 70 milhões de brasileiros.

*A confrontação fundamental que marcará, também no terreno econômico, o governo Lula será entre o movimento democrático e popular e os oligopólios.* Daí porque temos que valorizar tanto o papel do Estado, democratizado e desprivatizado, quanto da organização dos trabalhadores dos setores de ponta de economia. A correlação de forças social e política, que determinará a nossa margem de manobra no terreno econômico, será em boa medida condicionada pela capacidade do governo enquadrar os oligopólios e pela sua capacidade de abrir espaços e articular-se com avanços na organização dos trabalhadores dentro das empresas, que os capacitem a fiscalizar e a controlar o que fazem os monopólios. Se o movimento sindical não romper a dinâmica burocrática que o impede de impulsionar a auto-organização no local de trabalho, perderemos o maior trunfo potencial do nosso campo.

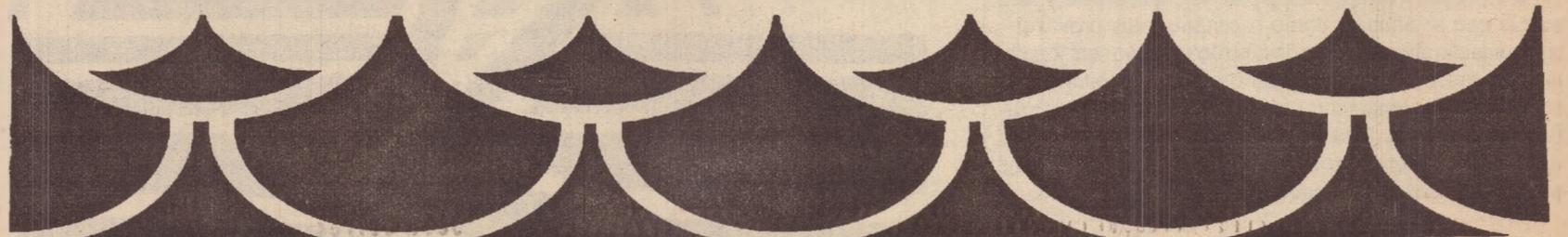
Quebrar o despotismo patronal nos locais de trabalho exige uma politização radical do movimento sindical, a partidarização profunda (no sentido de assumir um projeto de sociedade) de uma ampla vanguarda de ativistas espalhada em cada empresa, em cada departamento, em cada setor. Será aí que construiremos, nas lutas, a correlação de forças capaz de consolidar as posições que conquistarmos, de implementar uma política social de controle dos preços, de negociar ganhos e perdas relativos no setor mais moderno da economia brasileira. Sem a generalização da organização no local de trabalho, os monopólios terminarão conseguindo burlar os controles governamentais e os acordos firmados e resolver a seu favor o conflito distributivo através da inflação, como aliás sempre fizeram.

É a luz deste eixo - redistribuição de renda, construção de um mercado interno consumidor de massa, luta antimonopolista - que ganham sentido e podem ser desdobradas as reivindicações populares, as prioridades de governo. Mandel lista corretamente reivindicações "bíblicas", que devem passar a ser prioridades de governo: eliminar a fome, dar casa às pessoas, garantir saúde para todos, eliminar o analfabetismo, dar terra a todos os camponeses que não a tem, eliminar a violência, eliminar o desemprego sem redução de salário e com redução da jornada de trabalho, assegurar transporte público com conforto para todos e reverter a deterioração do meio-ambiente (ver *Em Tempo* nº 268, p. 10). César Benjamin fala de metas nacionais: empreender uma profunda reforma e renovação urbana, organizar de forma diferente a ocupação do espaço, mudar radicalmente o padrão alimentar do povo, deter a degradação da infra-estrutura instalada, recuperar os sistemas de educação e saúde públicas (*Em Tempo* nº 267, p. 11/12). Hamilton Pereira destaca o significado econômico da reforma agrária e da mudança das condições de alimentação do povo brasileiro (*Em Tempo* nº 269, p. 9). □



**O capitalismo não está mais conseguindo produzir empregos na mesma velocidade que os destrói.**

**Distribuição de renda, expansão do mercado interno e controle dos monopólios são pressupostos para uma política econômica democrática.**



# O novo papel do Estado



A distribuição de renda, a expansão do mercado interno e o controle dos monopólios não estruturam e estabilizam um novo modelo de desenvolvimento econômico e social. Estas medidas podem dar origem a dinâmicas muito distintas, não descartando inclusive que o grande capital volte a controlar um mercado mais amplo. A definição do papel do Estado é chave para determinar a dinâmica futura da economia.

Esta é, antes de tudo, uma questão política. Um novo modelo de desenvolvimento supõe um novo Estado, democratizado, funcional para articular os interesses não mais do capital mas das maiorias nacionais. Não vou aqui discutir o tema da reforma do Estado, um dos eixos de nossa revolução democrática, mas destacar diretrizes no terreno econômico.

É insuficiente afirmar que queremos recuperar a capacidade de planejamento e de investimento do Estado, fazer uma reforma tributária, combater a sonegação, investir em prioridades sociais etc. A discussão deste tipo de medidas não pode ser feita por nós em termos de um projeto que busque constituir uma nova forma de regular a acumulação, um "capitalismo popular", como criticava a resolução do 5º EN. Não podemos e não devemos, pois, formular um projeto que pretenda ter uma "coerência macro-econômica" só possível se pensamos um funcionamento estável do processo de acumulação capitalista.

Ora, o projeto democrático e popular visa criar as condições para iniciarmos a construção de uma nova sociedade, uma situação de transição que será marcada pelo "primado da política". O que podemos estabelecer hoje sobre a questão do papel econômico do Estado - e em outras, como a relação com o mercado mundial ou a incorporação de novas tecnologias - são diretrizes gerais.

## O Estado cepalino

O Estado brasileiro "moderno" foi montado para impulsionar a acumulação privada. Com a industrialização plena, a acumulação centrou-se, no período entre 1956 e 1980, na produção de bens de consumo duráveis, mas apenas graças ao suporte permanente dos investimentos do Estado na infraestrutura social e econômica e na indústria de bens intermediários. Com o II PND, o Estado brasileiro buscou conduzir, sem sucesso, a transição para um modelo baseado na indústria pesada. Entre 1974 e 1980 que a economia atingiu uma taxa de investimento em torno de 25%, com o Estado respondendo por metade deste volume. Mas este já é um momento de *esgotamento do empuxo do modelo da substituição de importações*.

A crise dos 80 decorre da incapacidade do Estado continuar cumprindo o seu papel anterior no financiamento e articulação da economia, da exiguidade do mercado interno para as opções de industrialização postas em marcha e das transformações do capitalismo internacional (a Terceira Revolução Industrial, internacionalização e financeirização da acumulação e uma gigantesca concentração e centralização de capitais). A taxa de investimento caiu para o nível de 18% do PIB nos anos 80 e 15% hoje; o orçamento da União é atualmente pouco mais de 20% do PIB, em parte comprometido com o pagamento de uma enorme dívida. Hoje a União dispõe "livremente" apenas de 15 a 20% dos recursos arrecadados. A infra-estrutura instalada não foi renovada nem pelo Estado nem pelo capital. As empresas estatais foram utilizadas para subvencionar os oligopólios e agora estão sendo diretamente privatizadas.

A recomposição e modernização da infra-estrutura e da indústria exigiria hoje recursos inatingíveis para nossa economia. Wilson Cano calcula que "a modernização do setor têxtil e de confecções demandaria o equivalente a cerca de US\$ 10 bilhões; a da siderurgia, cerca de US\$ 15 bilhões; a modernização e a ampliação do setor de energia elétrica e de telefonia, cerca de US\$ 55 e 25 bilhões respectivamente; as obras para o saneamento básico, cerca de US\$ 35 bilhões" (*Economia e sociedade* nº 2, agosto de 1993, p. 108). Além disso, não bastaria, nesta ótica, modernizar uma estrutura produtiva baseada nas indústrias da Segunda Revolução Industrial, quando as indústrias de ponta são as vinculadas a Terceira Revolução Industrial, que demandariam outro tipo de investimentos (por exemplo, em pesquisa e educação) e um volume

de recursos igualmente elevado.

Assim, pensar o papel do Estado na economia (e de um modo geral um novo projeto de desenvolvimento) a partir de um modelo neo-cepalino (ou neo-estruturalista) conduz, nas condições do capitalismo da atualidade, a um beco sem saída. Também aí não existe terceira via entre o neoliberalismo e o projeto democrático e popular.

## Um novo horizonte

Por que tipo de forma de organização da economia lutamos? Nosso projeto é incompatível, estrategicamente, com a existência da grande propriedade capitalista, com empresas oligopolistas ou monopolistas controlando setores importantes da economia, *estratégicos ou não*. É incompatível pelas distorções que isso produz no plano econômico (por exemplo, pela capacidade de um setor privado controlar preços) e principalmente por dar a um setor minúsculo da sociedade um poder político e social incomparavelmente maior que aos demais, poder que é exercido em detrimento de outros setores mais fracos, ainda que mais numerosos. A supressão dos oligopólios é um de nossos objetivos históricos centrais; pretendemos eliminar a capacidade do grande capital interferir na condução da sociedade.

Classicamente, o movimento socialista colocava como objetivo estatizar a economia, substituir os monopólios privados pela planificação baseada em empresas estatais, considerando que assim socializava a economia. Mas isso terminou favorecendo a expansão de um poder burocrático. Assim, a organização da economia que almejamos não deve basear-se nem no estatismo das experiências estalinistas, nem na manutenção do mercado capitalista, conforme a tradição social-democrata.

A alternativa é trabalharmos em dois sentidos. De um lado, atuaremos no sentido da constituição de empresas públicas, comunais, não-estatais. Nelas, a grande produção e comercialização hoje nas mãos das grandes empresas privadas (e secundariamente das empresas estatais) seja assumida por um setor socializado da economia, com empresas funcionando com base na autogestão, transparência pública, num imperativo permanente de elevação da produtividade, articulação estreita com um planejamento geral democrático e controle exercido tanto por diferentes esferas do Estado como diretamente pela sociedade civil. Isso significa *estabelecer uma nova forma de propriedade*, nem privada, nem estatal. Naturalmente a democratização das atuais empresas estatais pode caminhar neste sentido.

De outro lado, a eliminação do domínio do grande capital possibilitará também o florescimento de uma vasta produção mercantil, que libere todo o potencial de trabalho de milhões de agentes econômicos, hoje marginalizados pelo mercado capitalista, sob a forma de relações sociais de produção as mais variadas: camponeses, artesões, autônomos e profissionais liberais, pequenos empresários, cooperativas e associações etc.

Nossa revolução democrática deve ter como horizonte estratégico superar o mercado oligopolista sem repetir o erro estatista. O cenário provável do nosso governo não nos permitirá, num primeiro momento, implantar estas diretrizes em toda linha. Teremos que levar em conta tanto a herança que recebemos e nossa limitada capacidade de superá-la rapidamente. Mas devemos agir de forma coerente esta perspectiva estratégica, utilizando de forma crescente a capacidade do Estado interferir na economia para reduzir o espaço do grande capital e para impulsionar tanto o dinamismo de um setor público não-estatal, que a longo prazo pode, se formos vitoriosos, transformar-se no eixo da economia. □

José Corrêa

# O que é pós-modernismo?

TONY SMITH

O termo pós-modernismo tem sido usado para descrever praticamente tudo, de pinturas contemporâneas e vídeos musicais a parques de diversões e tecnologias de informação. As coisas permanecem confusas mesmo se restringimos nossa atenção à teoria pós-modernista. Uma grande variedade de perspectivas tem sido colocadas sob este rótulo.

Entretanto, há um certo número de teses estreitamente associadas a expoentes teóricos do pós-modernismo como Michael Foucault, Jean-François Lyotard, Richard Rorty e Jean Baudrillard que seria útil resumirmos. Em geral os expoentes teóricos do movimento pós-moderno aceitam: *a política da particularidade; o perspectivismo e o desconstrutivismo social; e afirmam que entramos em uma época radicalmente nova.*

**Os pós-modernos rejeitam qualquer pretensão de universalidade e consideram a razão um instrumento de poder.**

## Abaixo o Iluminismo?

Todas as figuras de proa do pós-modernismo rejeitam a "política iluminista", que pode ser definida como o projeto de construir um mundo de acordo com princípios da razão universal. Eles seguem Nietzsche suspeitando de toda pretensão à universalidade e à razão; tal pretensão sempre mascara os interesses de poder daqueles que a levantam. Nações imperialistas, classes dominantes, homens, brancos, heterossexuais, médicos, psiquiatras e criminologistas pretendem, todos, que sua perspectiva defina um enfoque racional e universal. Ao fazer isso, eles tem efetivamente silenciado outras nações, outras classes, outros gêneros, outras raças, aqueles com outras orientações sexuais, pacientes, o louco e prisioneiros.

Os teóricos mais expressivos do pós-modernismo não concluem que o que devemos fazer é simplesmente substituir uma pretensão à universalidade e à razão por outra. Isso seria continuar o jogo iluminista, e eles acreditam que é necessário algo muito mais radical. Proclamam, assim, que a razão é inerentemente manipuladora e dominadora, e que a pretensão à universalidade necessariamente envolve a subjugação daquele que é o "outro".

A maioria dos pós-modernos rejeita a política de classe em geral com a consideração de que ela também é parte da herança iluminista. Eles assinalam que a pretensão de priorizar a política de classe tem estado historicamente articulada com a supressão dos interesses de mulheres, pessoas de cor, gays e lésbicas e outros cujas preocupações escapam aos marcos de classe. E a maioria dos pensadores pós-modernos rejeita a política marxista de classe de forma ainda mais veemente. Em sua interpretação, a política marxista é baseada na premissa que uma vanguarda revolucionária pode encarnar os interesses de toda a classe trabalhadora.

Se a pretensão à universalidade é abandonada, a alternativa é a política da particularidade, algumas vezes chamada "política da identidade". De acordo com este raciocínio, as vozes dos grupos marginais são silenciadas quando a discussão é monopolizada por aqueles que reivindicam falar em nome da razão universal. Os adeptos da política pós-moderna rejeitam este monopólio e tentam fazer com que os grupos silenciados sejam ouvidos, cada um com sua própria voz particular. Isso requer uma multiplicidade de movimentos sociais, movimentos de mulheres, pessoas de cor, gays e lésbicas, pacientes, prisioneiros e assim por diante.

É inquestionável que a pretensão à universalidade e à racionalidade tem frequentemente mascarado os interesses de poder de grupos particulares. Certamente é verdade também que há uma variedade de tipos gerais de opressão (por exem-



"Historic Costume in Pictures" Braun & Schneider

plo, de raça, sexo, classe) e que de um ponto de vista moral, cada tipo geral de opressão é igualmente errado. Acrescentemos a isso que aqueles comprometidos com a luta de classe nem sempre a combinaram com uma luta vigorosa contra outras formas de opressão.

Por todas estas razões o movimento de mulheres, o anti-racista e outros movimentos lutando contra a opressão devem ter organizações independentes, lideranças independentes e sua própria imprensa. O objetivo da política deve incluir a criação de um espaço social dentro do qual diferenças possam florescer, e obter isso exigirá a existência de uma pluralidade de diferentes movimentos sociais. Estes elementos da posição pós-moderna devem ser defendidos sem reservas.

## Diferença e unidade

Isso não significa, entretanto, que a posição defendida por expoentes do movimento pós-moderno seja completamente adequada. No plano filosófico, Habermas argumentou convincentemente - em *O discurso filosófico da modernidade* (Lisboa, Dom Quixote, 1990) - que a crítica pós-moderna da razão não pode ser formulada de forma consistente. Os pós-modernos oferecem motivos para se desconfiar da razão, mas pressupõem de outra forma precisamente o que eles pretendem rejeitar. Não deveríamos abandonar a razão porque alguns chamados à racionalidade tem servido ao poder de grupos privilegiados. Deveríamos, ao invés disso, utilizar uma razão crítica para superar estes usos.

De maneira similar, o princípio de que a sociedade deve ser estruturada de tal forma que todas as vozes possam ser ouvidas é, ele próprio, um princípio universal (enunciado pelo velho liberalismo de John Stuart Mill e outros como o princípio da tolerância).

Em um nível mais político, o problema colocado pela ênfase pós-moderna sobre a diferença é que ela minimiza a importância de construir a unidade em certos contextos. A opressão pode tomar diferentes formas. Mas uma mudança social radical apenas pode ocorrer se alianças forem formadas entre estes grupos oprimidos da sociedade. A ênfase na unilateralidade sobre a diferença é tão não-dialético como a ênfase unilateral sobre a unidade.

O objetivo deve ser construir uma unidade que não implique na supressão dos diferentes grupos dentro dela. Claro, isso é mais fácil de falar do que de fazer. Mas há boas razões pelas quais a frase "O povo unido jamais será vencido!" não foi superada.

Na sociedade capitalista as nacionalidades oprimidas, mulheres, negros, gays e lésbicas também são oprimidos pelo capitalismo e isto fornece uma base prática para uma aliança com a classe trabalhadora. Além disso, a classe trabalhadora pode estar em melhor posição para desempenhar um papel hegemônico devido a sua posição estrutural no cenário social. Toda tentativa séria de transformação social deve enfrentar-se com o poder econômico dos capitalistas. As lutas de homens e mulheres nos locais de trabalho confrontam-se com este



poder de forma mais direta. Neste sentido, a luta de classe mantêm uma certa prioridade, embora não justificando uma substimação das outras formas de luta.

### Como conhecemos?

Uma segunda tese associada com o pós-modernismo combina "perspectivismo" e "construtivismo social". Esta abordagem pode ser traçada até o ponto de vista kantiano de que não podemos conhecer a coisa em si, mas apenas como ela aparece para nós. Para Kant, entretanto, o fenômeno tinha, em última instância, que aparecer para todos da mesma forma básica. Nietzsche radicalizou Kant insistindo que há um número indefinido de perspectivas possíveis, e ainda um número indefinido de formas pelas quais o fenômeno pode aparecer para nós.

Os pós-modernos são filhos de Nietzsche, expressando sua posição em termos linguísticos: não podemos conhecer nada da coisa em si, exceto na maneira como elas são formuladas na linguagem. Há uma multiplicidade de jogos linguísticos possíveis, nenhum dos quais pode reivindicar um estatuto privilegiado. Neste sentido, a "realidade" é socialmente construída através destes jogos de linguagem.

Este "perspectivismo" tem afinidades óbvias com as visões das teorias do conhecimento aceitas por muitos na esquerda, nas quais a teoria marxista expressa o ponto de vista da classe trabalhadora, a economia neoclássica expressa o ponto de vista da burguesia, a teoria feminista expressa o ponto de vista das mulheres, e assim por diante. Há um elemento correto neste enfoque: membros de grupos oprimidos frequentemente compreendem coisas que aqueles no centro do poder não veem.

Há também casos em que o construtivismo social pode iluminar certos aspectos da vida social. David Roediger, por exemplo, argumentou convincentemente que raça não é alguma coisa que exista em si; é, em larga medida, uma construção social linguística. Esta é uma idéia potencialmente emancipatória. Isto significa que, em princípio, é possível "abolir" o domínio branco recusando-se a utilizar os jogos de linguagem que carregar pressupostos culturais racistas.

Mas o pós-modernismo envolve uma generalização radical do "ponto de vista" da teoria do conhecimento. Os pós-modernos destacam que há um número indefinido de perspectivas possíveis. Na medida em que isso ocorra, a questão da verdade praticamente deixa de existir. Isso conduz a algumas dificuldades. Primeiro, a maioria dos pensadores pós-modernos sempre está beirando a tese de que "não há verdade". Esta é, obviamente, outra afirmação que não pode ser sustentada de forma consistente. Segundo, se não há verdade, não há razão para se aceitar a pretensão de qualquer um, inclusive dos pós-modernos! Finalmente, apesar de todas nossas afirmações sobre o mundo estarem mediadas pela linguagem, isto não significa que os usuários da linguagem não tenham a capacidade de referir-se a fenômenos não-linguísticos dentro da linguagem.

O marxismo clássico afirma que um trabalho como *O capital* capta a natureza interna do modo de produção capitalista, as formas sociais que nos permitem compreender o nível superficial da vida cotidiana na sociedade capitalista. Deste ponto de vista, uma verdade objetiva sobre o capitalismo é que ela baseia-se na exploração da classe trabalhadora. O "jogo de linguagem" da exploração não é simplesmente um entre uma multiplicidade de jogos de linguagem, com a mesma validade que os jogos de linguagem da economia neoclássica. Assim, *O capital* não é simplesmente uma expressão do ponto de vista da classe trabalhadora (embora também seja isso).

A teoria feminista também pode ser interpretada como a formulação de uma pretensão de verdade objetiva face à maneira como a referência de gênero é institucionalizada dentro de várias formas sociais. Não devemos desistir desta reivindicação frente ao ceticismo pós-moderno em moda quanto à validade do processo cognitivo.

Finalmente devemos admitir que o significado das relações sociais permanece nas construções linguísticas. Mas há certas práticas materiais (extra-linguísticas) mantendo estas relações. Nossa percepção de "negritude" ou de "valores brancos", de "masculinidade" ou de "feminilidade" podem ser construções linguísticas. Mas a relação econômica de extração do excedente de uma força de trabalho escrava não pode ser reduzida apenas a uma questão de discurso, como não pode a imposição do trabalho doméstico não pago das mulheres. A influência do pós-modernismo tem levado muitos trabalhos

recentes na história social a ignorar este fato elementar.

Os construtivistas sociais tem algumas percepções válidas. Entretanto, elas devem ser combinadas precisamente com o tipo de análise materialista que a maioria dos pós-modernos rejeita.

### Assim, o que é novo?

Uma terceira tese associada com o pós-modernismo é a pretensão de que a sociedade contemporânea entrou numa época histórica nova. Esta afirmação é equivocada. Ela pode ser tomada no sentido de que o modo de produção capitalista entrou em uma nova fase, que seria iluminada por certos aspectos do pensamento pós-moderno. Esta é a posição defendida por Frederic Jameson. Ou esta afirmação pode ser tomada no sentido de que a sociedade contemporânea agora opera de tal forma que torna a teoria marxista clássica do capitalismo completamente irrelevante. Esta é a posição de Lyotard e Baudrillard.

A primeira afirmação é interessante e plausível. Mas a tese de que entramos em uma época histórica radicalmente nova, na qual a teoria marxista clássica tenha perdido toda sua relevância, não resiste a um exame mais apurado. Não estamos em uma "economia pós-industrial" em que os serviços suplantaram a indústria, embora com os ganhos de produtividade e as taxas crescentes de exploração uma força de trabalho menor na indústria pode produzir uma maior quantidade de bens. Também não vivemos em um mundo onde o consumo de imagens e espetáculos torna a questão da organização e do controle dos meios de produção repentinamente irrelevante. A circulação de imagens e espetáculos depende da propriedade e do controle de satélites, redes de informações, tecnologias de vídeo, estudos e estações de televisão.

Não se pode nem mesmo afirmar que vivemos em um período onde as mudanças na vida cotidiana são maiores do que no passado. No período entre 1850 e 1940, estradas de ferro, transatlânticos, telégrafos, eletricidade, telefones, automóveis, filmes, rádio e aviões foram introduzidos, cada um deles combinado com transformações na vida cotidiana tão profundas como qualquer transformação de hoje.

Os desenvolvimentos na tecnologia e nos mercados permitiram à acumulação de capital expandir seu raio de ação tanto extensiva como intensivamente. Mais e mais aspectos da vida social tem adquirido a forma de mercadorias. Mas isso é um desenvolvimento dentro da sociedade capitalista e não uma transição para uma forma qualitativamente nova de sociedade "pós-moderna".

Seria um erro simplesmente negar o pós-modernismo como uma representação caprichosa das visões de yuppies corrompidos. A valorização pós-moderna da importância das diferenças e da multiplicidade, da construção social dos sistemas de significados e da incursão do circuito do capital em um número cada vez maior de dimensões da vida social são todas percepções valiosas que podem enriquecer o materialismo histórico.

Mas não podemos considerar que o pós-modernismo suplantou o materialismo histórico. O materialismo histórico culmina no chamado a confrontar diretamente o poder do capital. Nada na teoria pós-moderna enfraquece a força deste apelo. □

*Tony Smith é filósofo e autor de Dialectical Social Theory and Its Critics (SUNY Press). Este artigo foi condensado de Against the current n° 45 July/ august 1993.*



**Os pós-modernos rejeitam a possibilidade de um conhecimento da realidade ser superior ao outro. Todos são pontos de vista de igual valor.**



PORTE PAGO

DR/SP ISR 40-2063/85  
DR/RS ISR 49-083/88

IMPRESSO

# Cresce a luta contra a fome

NALU FARIA

A fome não é um fato recente no Brasil. É uma dura realidade que desde há muito tempo mobiliza setores organizados da sociedade. A fome também já estava na agenda do PT. Prova disso foi a elaboração de um Plano de Segurança Alimentar entregue a Itamar no ano passado. Então, o presidente respondeu que o combate à fome seria uma prioridade em seu governo. Seria?

O mapa da fome realizado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) revelou números precisos: 32 milhões de brasileiros e brasileiras (sobre uma população de 144 milhões) vivendo em 1990 na indigência, 16 milhões no campo e 15,6 milhões nas cidades. Este estudo mostrou, também, que a fome não se explica pela falta de alimentos, mas pela pobreza (que impede a sua compra no mercado), por problemas de distribuição (90% da produção estão no Sul, Sudeste e parte do Centro-Oeste do país, enquanto 60% dos famintos estão no Nordeste e Norte) e pelo desperdício. Assim, 20% dos grãos produzidos no país são desperdiçados por deficiência de armazenagem e transporte - cerca de 12 milhões de toneladas de alimentos jogados fora.

A Ação pela Cidadania Contra a Fome e a Miséria, pela Vida, que se constitui como continuidade do Movimento pela Ética na Política, parte da seguinte premissa: onde há miséria, não há democracia. E coloca-se como objetivo lutar pela erradicação da fome - uma questão muito mais complexa e que exigirá um grau de organização, ação e consciência muito maior do que no movimento anterior do "Fora Collor". Mas lança desde o início o desafio: é preciso ações emergenciais, não dá para esperar mudanças enquanto passa-se fome ou gasta-se toda energia na batalha pela comida.

O Movimento foi lançado no âmbito de setores organizados desde há muito tempo preocupados com a democratização deste país. Para muitos aparece um certo incômodo: será que agora teremos que ser assistencialistas? Como construir um movimento que se propõe arrecadar e distribuir comida, se isso não resolverá a questão da fome? Não será mais adequado continuar a luta por reforma agrária, redistribuição das rendas, geração de novos empregos etc? Como articular ações emergenciais com luta por mudanças estruturais? Não seremos tragadas pela distribuição de comida? Não criaremos ilusões?

Em quanto vários setores se debatem nessa dúvida - bastante compreensível a partir do que é a experiência acumulada - um amplo movimento começa a se gestar. Com maior ou menor participação dos setores já organizados, mas com a novidade de incorporar pessoas dos mais diversos lugares e as mais variadas propostas.

A figura do Betinho passou a simbolizar a campanha e a continuidade com o Movimento pela

Ética. É sobretudo, um novo valor que começa a ser construído. Nas palavras de Betinho: "assim como a miséria foi sendo construída com a indiferença frente a exclusão e à destruição das pessoas, a negação da miséria começa a se realizar com a prática cotidiana, ampla e generosa da solidariedade. E nesse momento, talvez um dos movimentos mais belos é o resgate da idéia de solidariedade".

## Quem são os miseráveis?

Temos hoje um retrato detalhado da realidade. Quando se fala de fome, não é possível falar só dos problemas gerais do capitalismo. Temos que falar de tudo o que significa e que leva à fome. É preciso não só discutir política econômica e industrial, mas também de nutrição, segurança alimentar, política agrícola, merenda escolar etc. Temos que discutir quem é mais pobre e quem são os que já estão lutando contra a fome.

Aí, fica evidente quem são os excluídos e a real dimensão do que temos que enfrentar para lutar contra a exploração nesse país, para construir um projeto socialista coerente com a nossa definição de sujeitos históricos. Porque para se acabar com a fome e a miséria é preciso compreender quem são os setores marginalizados, compreender que a exclusão atinge de forma diferente as mulheres, os negros, as crianças e adolescentes, os idosos, os habitantes das regiões mais pobres. Assim, o mapa da fome mostra, por exemplo, que os indigentes compõem 43% da população rural do Brasil (que soma 37 milhões), evidenciando a relação direta entre a reforma agrária e o combate à miséria.

## Ações pontuais e estratégicas

Hoje, depois de alguns meses de movimento, temos milhares de pessoas organizadas e mobilizadas em mais de quatro mil comitês. Porém, permanecem vários desafios para os quais temos que construir respostas.

Colocarmos como objetivo do movimento erradicar a fome e a miséria exige construirmos um programa que combine ações pontuais e estratégicas.

Muito pode ser feito agora, através de medidas não só assistências emergenciais (como coleta de alimentos), mas principalmente através de iniciativas de desenvolvimento da cidadania. Porque é no âmbito local que são tomadas as medidas que exigem sempre pressão popular no estabelecimento de prioridades, co-

brança e fiscalização, iniciativas políticas concretas. É o caso, por exemplo, de garantir as verbas necessárias ao fornecimento de merenda escolar ou ao combate à seca no Nordeste, normalmente apropriadas pelas oligarquias ou desviadas para outros fins. Estas são medidas que podem auxiliar a evolução da consciência de importantes setores da população, inclusive confrontando-a com o projeto neoliberal.

Mas o combate à fome está vinculado à objetivos estratégicos centrais de nosso projeto, criando o apoio necessário para a reforma agrária e agrícola, os projetos de garantia de uma renda mínima e, de um modo geral, a distribuição de renda a favor dos setores populares, vinculada à problemas como a geração de empregos e a redução da jornada de trabalho.

Colocar em marcha esse programa é um desafio político: ele pressupõe a adesão da maioria da população, portanto a necessidade de se construir uma consciência que articule a compreensão do que é a fome com as medidas necessárias para combatê-la. É também um desafio organizativo: como articular as ações e os comitês que se multiplicam, respeitando a diversidade e autonomia das experiências? Isso só será possível com a construção da unidade em torno desta proposta política mais ampla, com uma compreensão comum de que demandas encadeiam-se num processo de erradicação da miséria.

As bases políticas para esse processo já estão construídas, a partir do que é hoje o pólo democrático popular existente no Brasil. O que necessitamos é um investimento coletivo e a construção de uma hegemonia capaz de canalizar e articular esta energia de milhares de pessoas já hoje mobilizadas, com o seu engajamento na busca da democracia neste país. □

Nalu Faria é membro do DR do PT de São Paulo e da Coordenação do Comitê Estadual da Ação pela Cidadania.

